



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE -
PPGEduC

TATIANA SANTOS BORBA

**Política Pública de Economia Solidária: a Incubadora Pública da
SESOL/BA**

Salvador

2013

TATIANA SANTOS BORBA

**Política Pública de Economia Solidária: a Incubadora Pública da
SESOL/BA**

Trabalho dissertativo a ser apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva

Salvador
2013

B726

Borba, Tatiana Santos
Política Pública de Economia Solidária: A Incubadora Pública da
SESOL/BA/Tatiana Santos Borba. Salvador. 2013.
107 f.: Il.

Orientador: Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva

Dissertação de Mestrado - Universidade do Estado da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
Faculdade de Educação.

1. Economia Solidária 2. Econónia Solidária- Bahia 3. Incubadora
pública 4. Empreendimentos solidários I. Título

CDD 334

FOLHA DE APROVAÇÃO

"POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A INCUBADORA PÚBLICA DA SESOL/BA"

TATIANA SANTOS BORBA

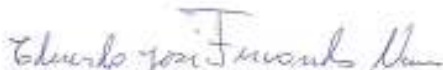
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 04 de outubro de 2013, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil



Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Doutorado em Desenvolvimento Sustentável.
Universidade de Brasília, UNB, Brasil.



Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona

Dedico este trabalho em memória da
minha eterna e querida Avó Hildete
Barbosa dos Santos.

AGRADECIMENTOS

São tantos e tantos...

Primeiramente, agradeço a DEUS todos os dias da minha vida por todas as oportunidades.

À Profa. Dra. Ronalda Barreto Silva, por esta oportunidade inigualável e muito especial.

À minha família, especialmente à minha Mãe Lívia, sempre mulher e sempre Maria na minha Vida.

Ao meu filho Murilo, que sempre sofreu com a minha ausência e a minha busca por um futuro melhor para nós dois.

A Jânio, pelo companheirismo, amor, carinho, paciência, devoção e esperança de sempre.

A Mila, minha irmã querida, que sempre procurou me incentivar nas horas de aflição.

A Antonio Carlos Rosa Pimenta e à Profa. Dra. Delcele Mascarenhas Queiroz, pelos primeiros incentivos.

A Rogério Luiz, pela cumplicidade profissional e amizade verdadeira.

A Esmeralda Maria da Silva e toda a sua família e todas as horas de cordialidade e amizade.

A Eugênia, Pedro, José Paulo e Cleonice, pela devoção e paciência de sempre.

A Denise e Macio, parceiros e subgrupo mais que especial.

Aos mestres deste Programa e aos encontros sempre construtivos e que me auxiliaram na construção da pessoa que sou hoje!

Ao grupo de pesquisa Políticas Públicas e Educação da UNEB, pelas contribuições sempre pertinentes e atitudes solidárias durante o caminho.

A expansão da Economia Solidária encontrou significativo apoio nos movimentos sociais, urbanos e rurais, que incluíram nas suas estratégias o desenvolvimento de iniciativas de produção dos meios de vida ancoradas no trabalho associado e na autogestão da produção (SENAES, 2011, p. 07).

BORBA. Tatiana Santos. **Política Pública de Economia Solidária: a Incubadora Pública da SESOL/BA.** 107 fls. 2013. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação. Campus I. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

RESUMO:

O presente trabalho procura abordar parte da realidade da economia solidária, mais precisamente a política pública de economia solidária na Bahia, através da incubadora Estadual da SESOL, passando pelos conceitos de economia solidária e as possibilidades de desenvolvimento social e econômico que este modo de produção propõe; abordando formatos das incubadoras universitárias mais conceitos de políticas públicas, como também a relação com a implantação da incubadora pública do Estado da Bahia, através do diagrama de análise de políticas públicas (DI GIOVANNI, 2009). A forma escolhida deste trabalho é análise documental, a qual se deu através de documentos oficiais, textos publicados pela equipe técnica da Incubadora Pública da SESOL, bem como pesquisa de campo realizada com lideranças de empreendimentos participantes das redes solidárias incubadas pela Incubadora Pública no período pesquisado. Para tanto, concluímos que se trata de uma política pública experimental, as ações da SETRE/SESOL vão de encontro aos ideais da economia solidária e da autogestão, particularmente no que diz respeito ao fortalecimento das incubadoras universitárias para o fomento de políticas estaduais e municipais de economia solidária; o apoio mais construção de centros para comercialização de produtos e formação de trabalhadores de empreendimentos, a exemplo do CESOL, além do apoio e fomento das redes solidárias. No entanto muitas dessas ações esbarram na própria fragilidade das políticas sociais, como um todo, e na política de economia solidária, em particular.

Palavras chaves: Incubadora pública, metodologia, empreendimentos solidários.

BORBA. Tatiana Santos. **Public Policy Solidarity Economy: the Incubator Public SESOL/BA**. 107 pgs. In 2013. Thesis (Master) – Department of Education. Campus I. University of Bahia, Salvador, 2013.

ABSTRACT:

This paper seeks to address the reality of the social economy, specifically the public policy of solidarity economy in Bahia through the incubator SESOL State, through the concepts of solidarity economy and the possibilities of social and economic development that this mode of production is proposing; addressing formats of university incubators more concepts of public policy as well as the relation with the implementation of public incubator of Bahia, through the diagram analysis of public policies (DI GIOVANNI, 2009) . The form of this work is documentary analysis, this analysis was given by official documents, texts published by the technical staff of the Public SESOL Incubator as well as field research conducted with leaders of enterprises participating in the solidarity networks Incubator Public incubated for the period researched. Therefore we conclude that it is a public policy experiment, the shares of SETRE/SESOL go against the ideals of economic solidarity and self-management, particularly with regard to the strengthening of university incubators for the development of state and local policies solidarity economy; support construction of more centers for merchandising and employee training projects, such as the CESOL and the support and encouragement of solidarity networks However , many of these actions ran into frailty of social policy as a whole, and political solidarity economy in particular.

Keywords: Incubator public, methodology, solidarity enterprises.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Economia Solidária no Brasil	25
Figura 2 - O campo da Economia Solidária no Brasil.....	48
Figura 3 - Principais ações de incubação.....	59
Figura 4 - Processo desenvolvido pela INCUBACOOB	59
Figura 5 - Diagrama de análise de políticas públicas	67
Figura 6 - Organograma da SETRE	72
Figura 7 - Fluxograma de funcionamento do CESOL.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Execução de Despesa Orçamentária SESOL-SETRE (2007-2010).....78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEFET-BA	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CESOL	Centro Público Estadual de Economia Solidária
COFD	Coordenação de Formação e Divulgação
COFES	Coordenação de Fomento à Economia Solidária
COMFIS	Coordenação de Microcrédito e Finanças Solidárias
EES	Empreendimentos de Economia Solidária
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
INCUBACOOOP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
OEA	Organização dos Estados Americanos
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SEAGRI	Secretaria da Agricultura
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
SICM	Secretaria de Indústria e Comércio
SEDIR	Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESOL	Superintendência de Economia Solidária
SETRE	Secretaria do Trabalho, Renda, Emprego e Esporte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO	23
1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA	23
1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO	26
1.1.1 Movimentos sociais e Economia Solidária	28
1.1.2 OS Empreendimentos de Economia Solidária (EES): possibilidades e limites	31
1.2 A HETEROGESTÃO VERSUS AUTOGESTÃO	38
CAPÍTULO II – INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	46
2.1 CONTEXTO DAS INCUBADORAS	50
2.2 METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO	52
CAPÍTULO 3 – A INCUBADORA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA	65
3.1 POLÍTICA PÚBLICA: ALGUMAS DEFINIÇÕES	65
3.2 A ESTRUTURA DA SETRE	68
3.2.1 A Superintendência de Economia Solidária – SESOL	69
3.2.2 O Centro Público Estadual de Economia Solidária – CESOL	73
3.2.3 A Incubadora Pública	76
3.3 RESULTADOS ALCANÇADOS PELA INCUBADORA PÚBLICA	84
3.4 DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXO	102
APÊNDICE	106

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura abordar parte da realidade da economia solidária, mais precisamente a política pública de economia solidária na Bahia, através da incubadora estadual da SESOL, passando pelos conceitos de economia solidária e as possibilidades de desenvolvimento social e econômico que este modo de produção propõe, abordando formatos das incubadoras universitárias e conceitos de políticas públicas e a relação com a implantação da incubadora pública do Estado da Bahia. Questiona-se como está estruturada? A composição e atuação prática do corpo técnico enquanto agentes de desenvolvimento desta outra economia? E em que regiões a incubadora pública atende? Que resultados esta parte da política pública de economia solidária alcançou?

A criação da SESOL foi pautada na política nacional de economia solidária, instituída pela SENAES, nas informações advindas do mapeamento dos empreendimentos de economia solidária de 2005 e da experiência das prefeituras de Osasco e Londrina. Ela está fundada no Programa Bahia Solidária, que visa atender aos empreendimentos através do fomento, formação, divulgação, microcrédito e finanças solidárias como forma de auxiliá-los na busca da sustentabilidade (MEIRA; REIS; JESUS, 2011, p. 3).

A relevância deste estudo deve-se ao crescimento e desenvolvimento dos empreendimentos na Bahia e no Brasil, considerando que estes trabalhadores associados enfrentam dificuldades primárias para gerir o seu próprio negócio, que vão desde as contas matemáticas básicas, a dificuldade de ler e escrever, as rotinas administrativas até a divisão do trabalho, dentre outras dificuldades apontadas por alguns autores, como Cançado (2007), Bocayuva (2007), Varana e Bocayuva (2009).

Para analisar a relação entre o Estado, especificamente a política pública de economia solidária, e a sociedade civil utilizaremos os estudos de Di Giovanni (2009), que propõe analisar perspectivas teóricas e o contexto histórico do objeto desta pesquisa. Segundo ele, “A observação histórica das políticas públicas possibilita a identificação de elementos invariantes em todas elas, embora cada uma delas tenha ocorrido de maneira singular e única” (DI GIOVANNI, 2009, p. 19).

Segundo o autor, podemos observar a realidade objetiva e a subjetiva, traçar a correlação e mútuas referências entre estas realidades e as perspectivas teóricas e históricas. São elas:

[...] a. estrutura formal, composta pelos elementos: “teoria”, práticas e resultados; b. estrutura substantiva, composta pelos elementos: atores, interesses e regras; c. estrutura material, composta pelos elementos: financiamento, suportes, custos; e d. estrutura simbólica, composta pelos elementos: valores, saberes e linguagens (DI GIOVANNI, 2009, p. 20).

Nesta pesquisa, como já foi salientado, pretende-se analisar a política pública de economia solidária do Estado da Bahia a partir da incubadora pública. Em vista deste objetivo, tem-se como estratégia resgatar a história da incubadora pública desde a sua constituição até os seus resultados no ano de 2010: ele inovou ou reinventou-se?

A SESOL está dividida em três coordenações, que buscam promover a política pública de economia solidária, são elas a coordenação de fomento à economia solidária (COFS), a qual é responsável pela infraestrutura dos Centros Públicos Estaduais de Economia solidária – CESOL de Salvador, de Feira de Santana e de Vitória da Conquista; coordenação de microcrédito e finanças solidárias (COMFIS) e a coordenação de formação e divulgação (COFD), que, por sua vez, também é responsável pelo projeto estadual de incubadoras.

Os Centros Públicos disponibilizam uma base de serviços aos empreendimentos do Estado e dispõem de uma estrutura técnica composta por administradores, contadores, advogados, comunicólogos, agentes de microcrédito, tecnologia da informação, comercialização e mobilizadores sociais, mais comumente chamados de agentes de desenvolvimento, além, de abrigar também uma infraestrutura para a incubadora pública do Estado na unidade de Salvador-BA.

Oliva, Meira e Reis (2009. p. 24) descrevem o CESOL como “um espaço físico de serviços variados para o desenvolvimento e promoção da economia solidária [...] dentre eles está a incubação”, que tem por objetivos a incubação de redes de produção, comercialização e consumo, incorporando os empreendimentos de economia solidária, bem como o acompanhamento e monitoramento das diversas incubadoras fomentadas e apoiadas pelo programa Bahia Solidária.

A incubadora pública da SESOL é uma parte da estrutura formada para atender aos empreendimentos solidários que compreendem o universo da economia solidária na Bahia, através de incubadoras universitárias ou assessorias de empreendimentos, assim como oferecer retaguarda a redes solidárias. Ela está contida na coordenação de Formação e Divulgação – COFD que, por sua vez, está contida na estrutura maior da Superintendência de Economia solidária – SESOL, na

Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia – SETRE, situada na 2ª Avenida, nº 200 – Centro Administrativo da Bahia, e é amparada pelo *Programa Bahia Solidária: mais trabalho e renda*, que é um programa maior dentro da política pública de economia solidária no Estado e visa fortalecer e divulgar esta outra economia.

Constituída no ano de 2007 junto com a criação da SESOL, a incubadora pública é totalmente gerenciada pelo Estado e o seu corpo técnico é composto de colaboradores do quadro estatutário, em sua minoria, e por técnicos contratados através do Regime Especial do Direito Administrativo – REDA, sendo estes técnicos o maior efetivo da incubadora.

Sua atuação está diretamente voltada ao incentivo à economia solidária como estratégia de desenvolvimento através do fortalecimento e empoderamento de empreendimentos solidários, implantação e apoio para o desenvolvimento de outras incubadoras, formação de educadores sociais para trabalharem diretamente com economia solidária, apoio a eventos e ao mapeamento de economia solidária, bem como estruturação do marco legal da economia solidária na Bahia (MEIRA, OLIVA e REIS, 2009). A incubadora pública da SESOL propõe um trabalho inédito no país como fomento aos empreendimentos solidários, mas guarda também particularidades que, segundo Meira, Oliva e Reis (2009, p. 52), são:

- a) a possibilidade de investimento direto ao empreendimento incubado (em máquinas e equipamentos, por exemplo) com recursos do projeto submetido, atendendo, inclusive, a uma demanda histórica desse segmento;
- b) a inclusão, como proponente na execução, além das universidades públicas, de universidades privadas e organizações da sociedade civil com experiência no apoio a grupos solidários;
- c) a diferenciação em três modalidades de incubadora – universitárias, territoriais e temáticas, no segmento aquicultura e pesca e artesanato; e
- d) a estratégia de divulgação e sensibilização, que contou com visitas técnicas a 12 territórios de identidade do Estado da Bahia, envolvendo cerca de 200 pessoas, entre entidades de apoio e fomento, universidades e gestores, com o intuito de realizar uma sensibilização acerca da temática da economia solidária, bem como a realização de reunião com os pró-reitores de extensão das universidades baianas.

O escopo desta proposta compreende a incubação como um processo de formação e emancipação, tendo por fundamento metodológico a educação popular. Como política pública, sua implementação e manutenção estão intrinsecamente ligadas à transversalidade das diversas esferas de Estado, à articulação de parcerias com diferentes entidades, à construção participativa e democrática,

atenção às especificidades territoriais e de segmentos produtivos, à valorização dos saberes e culturas tácitos e locais e à busca por estratégias que possibilitem uma eficiência sistêmica entre os empreendimentos solidários.

A escolha do presente tema decorre da minha trajetória acadêmica e profissional construída na atuação no setor durante o período da graduação em Administração no CEFET-BA. Atuei como bolsista na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/IFBA, nos anos de 2005 a 2007, um programa de extensão universitária que tinha como principal objetivo auxiliar empreendimentos associativos solidários, com um processo de incubação para a sustentabilidade financeira e social dessas iniciativas populares (VASCONCELOS, 2005).

Após um período de dois anos na ITCP, no final de 2007 ingressei na SESOL, com um contrato do Regime Especial do Direito Administrativo – REDA. Neste período atuei diretamente com empreendimentos e os diversos setores da SESOL. Uma experiência que me exigiu maior esclarecimento sobre os fatos e experiências sociais vividas até então. Por este motivo, busquei uma maior qualificação acadêmica que pudesse ampliar os meus horizontes profissionais, além de conhecer autores que discutissem e escrevessem sobre esses fenômenos. Para tanto, Souza nos coloca que:

[...] o sujeito produz um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, revelando-se através da subjetividade, da singularidade, das experiências e dos saberes. A centralidade do sujeito no processo de pesquisa e formação sublinha a importância da abordagem compreensiva e das apropriações da experiência vivida, das relações entre subjetividade e narrativa como princípios, que concede ao sujeito o papel de ator e autor de sua própria história (SOUZA, 2008, p. 45).

As ações cotidianas junto aos empreendimentos na SESOL demandavam um aporte teórico muito amplo, que nos auxiliasse, bem como a estes trabalhadores associados com a finalidade de serem exitosos na sua proposta de autogestão, a exemplo das redes de catadores e catadoras de material reutilizável e reciclável.

De acordo com o mapeamento disponível no Sistema Nacional de Informações em Economia solidária – SIES, no período de 2005 a 2007 houve um aumento do número de empreendimentos em cerca de 25% e um aumento dos esforços nas políticas públicas para atender ao público desse segmento. Devido às dificuldades mencionadas, as incubadoras, sobretudo as de cunho universitário, atuam no fortalecimento destes empreendimentos, buscando a sua sustentabilidade

e autonomia social, política, cultural, econômica e financeira.

As incubadoras buscam apoiar os empreendimentos de modo geral, fortalecendo a rede de cooperação da economia solidária e, conseqüentemente, procuram minimizar os reflexos nocivos e instabilidades que as transformações tecnológicas e econômicas do processo de acumulação do capital impõem à classe trabalhadora. Assim, dentro dessa ótica, o progresso tecnológico é um instrumento poderoso de crescimento econômico, mas ineficiente na luta para a erradicação da pobreza.

O que se percebe é o crescimento do número de pessoas desempregadas e dos que atuam na informalidade, seja ela individual ou mesmo autogestionária. Na tentativa de aumentar o número dos trabalhadores com carteira assinada, o governo brasileiro tem flexibilizado as exigências trabalhistas e a redução de encargos sociais em empregos de curta duração. Estas estratégias funcionam sob duplo viés, pois, ao mesmo tempo em que incentivam a criação dos empregos formais, facilitam a possibilidade de o empregado ser despedido ao final deste período.

Pensar no processo de incubação de empreendimentos solidários significa pensar na ação de pessoas de diferentes classes sociais e, conseqüentemente, particularidades individuais que atuam numa perspectiva coletiva, além da atuação de profissionais engajados em estratégias que possibilitem a emancipação desses coletivos, levando em consideração a troca e a construção de conhecimento e o desenvolvimento de tecnologia social.

Nesta atividade os conhecimentos produzidos proporcionam aos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária formas adaptadas de gerenciamento da atividade produtiva, eliminando os excessos burocráticos e econômicos provocados pela competição do mercado capitalista e também proporciona ao meio acadêmico uma relação mais direta e funcional dos conhecimentos produzidos por este universo da economia solidária junto à sociedade nos seus pontos mais frágeis.

Os processos de incubação, universitários ou não, sempre atuaram com muitas dificuldades na tentativa de emancipar e desenvolver os empreendimentos incubados, mas sempre obtiveram salutaras experiências de sobrevivência dos mesmos.

As incubadoras atuam na construção e fortalecimento do trabalho associado, procurando organizar e empoderar os empreendimentos, bem como o movimento de

economia solidária, através de prática de resistência social, econômica e política para o desenvolvimento de uma parcela significativa da classe trabalhadora como protagonista da ação autogestionária.

Com esses desafios acima mencionados, somados ao desafio que representa o processo de incubação, é que nos propomos a fazer uma análise da incubadora pública de economia solidária do Estado da Bahia da SESOL/SETRE neste trabalho, desde a sua estrutura física até as ações práticas, da sua constituição até o ano de 2010, que é o ano de corte proposto por esta pesquisa.

Nosso objetivo está centrado em analisar a Incubadora Pública da SESOL – SETRE, buscando desvendar as suas concepções iniciais e os ajustes metodológicos ocorridos no período de 2008 a 2010. Para tanto, buscamos responder à seguinte pergunta de partida: Que estratégias metodológicas foram utilizadas pela incubadora pública do Governo do Estado da Bahia no auxílio à sustentabilidade dos empreendimentos solidários, da sua concepção até o ano de 2010?

Adotamos como questões norteadoras da pesquisa as seguintes questões: Quais as estratégias metodológicas utilizadas pela incubadora pública para auxiliar os empreendimentos solidários? Quais os resultados alcançados com essas estratégias metodológicas até 2010? Qual a contribuição da incubadora pública para o fomento aos empreendimentos?

O objetivo geral propõe analisar a Incubadora Pública da SESOL – SETRE buscando analisar a(s) sua(s) concepção(ões) inicial(is) e os ajustes metodológicos ocorridos desde a sua constituição até o ano de 2010 e sua contribuição para o fomento dos empreendimentos assistidos. Sendo os objetivos específicos: analisar as estratégias de apoio e fomento aos empreendimentos solidários até o ano de 2010 e identificar os resultados alcançados até o ano de 2010.

Pois, ainda segundo Jesus, Meira e Reis (2011, p. 4), “a concepção inicial do projeto convergiu com uma nova estratégia de incubação que começou a ser disponibilizada aos empreendimentos e às incubadoras públicas desenvolvidas por meio das Prefeituras Municipais”.

No que tange às hipóteses, Creswell (2010, p. 165) afirma que “as hipóteses qualitativas, por outro lado, são previsões que o pesquisador faz sobre as relações esperadas entre as variáveis”. As nossas previsões são que estratégias utilizadas

pela incubadora pública da SESOL são eficazes no auxílio da econômica solidária e aos empreendimentos solidários.

A forma escolhida deste trabalho é análise documental. Uma pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos, corroborar ou refutar algum conhecimento preexistente. É basicamente um processo de aprendizagem, tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve.

Para Lüdke e André (1986), a pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas. É de grande utilidade porque a maior parte das fontes escritas – ou não – é quase sempre a base do trabalho de investigação. É aquela realizada a partir de documentos, contemporânea ou retrospectiva, considerada cientificamente autêntica.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Utiliza-se de materiais que não receberam tratamento analítico e vive muito da crítica histórica na construção de uma política pública.

Marconi e Lakatos (2009, p. 176) dizem que na pesquisa documental a coleta de dados é restrita a documentos, sejam eles escritos ou não, e que é possível que esta coleta seja feita enquanto o fato transcorre ou após o mesmo. Segundo Gil (2002, p. 45), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Gil (2002) compara a pesquisa documental à pesquisa bibliográfica e afirma que diferem em relação à natureza das fontes, sendo que na pesquisa documental as fontes podem ser mais variadas, podendo, inclusive, se utilizar de “documentos de primeira mão, que não receberam nenhum tratamento analítico” e “documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados”.

Pesquisa documental é a forma de coleta de dados em relação a documentos, escritos ou não, denominados fontes primárias. Livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses são fontes secundárias. Assim, documento é uma fonte de dados, fixada materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova. Quanto à forma, os documentos podem ser classificados como (a) manuscritos; (b) impressos sem periodicidade: livros, folhetos, catálogos, processos, pareceres,

enfim, uma vasta gama de fontes; (c) periódicos: revistas, boletins, jornais, anuários e demais documentos de divulgação periódica; (d) microfilmes e vídeos que reproduzem outros documentos; e (e) mapas, planos, documentos fotográficos, documentos magnéticos, informatizados.

Pesquisa documental é a forma de coleta de dados em relação a documentos, escritos ou não, denominados fontes primárias. Livros, revistas, jornais, publicações avulsas e teses são fontes secundárias. Assim, documento é uma fonte de dados, fixada materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova. Quanto à forma, os documentos podem ser classificados como (a) manuscritos; b) impressos sem periodicidade: livros, folhetos, catálogos, processos, pareceres, enfim, uma vasta gama de fontes; (c) periódicos: revistas, boletins, jornais, anuários e demais documentos de divulgação periódica; (d) microfilmes e vídeos que reproduzem outros documentos; e (e) mapas, planos, documentos fotográficos, documentos magnéticos, informatizados (LAVILLE; CHRISTIAN, 1999).

Neste trabalho será realizada uma análise de conteúdo como forma de analisar os dados. Para Triviños (1999, p. 161), o processo de análise de conteúdo pode ser feito da seguinte forma: pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização), interpretação referencial (tratamento e reflexão).

A análise de conteúdo busca, de forma sistematizada, proporcionar maior objetividade, de forma a validar possíveis descobertas. Para Severino (2007, p. 121), análise de conteúdo “é uma metodologia de tratamento e análise de informação a constante de um documento, sob formas de discursos pronunciados em diferentes linguagens”. Podemos considerar a análise de conteúdo o ponto de partida de uma mensagem, mas devem ser consideradas as condições contextuais de seus produtores. Para Vergara (2005, p. 48),

Uma investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros.

A presente pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais analisar e compreender os novos conhecimentos, corroborando conhecimentos preexistentes sobre o assunto. Neste

sentido, foram analisados documentos oficiais, como: informações disponíveis no site oficial da SETRE; Regimento Interno da SETRE; Relatório do Seminário Tecnologia Social e Economia Solidária: estratégias de formação e desenvolvimento local; Edital da III Chamada Pública para Seleção de Empreendimentos Econômicos Solidários; Relatório síntese das políticas públicas de economia solidária desenvolvida pelo governo do Estado da Bahia período: 2007-2010. Nestes documentos oficiais buscamos identificar quais estratégias foram utilizadas pela incubadora pública da SESOL no auxílio à emancipação dos empreendimentos solidários e os resultados alcançados

Num segundo momento, partimos para a análise de textos produzidos pelos técnicos da SESOL, tais como: Economia Solidária no Governo da Bahia, uma publicação na revista Mercado de trabalho conjuntura e análise do IPEIA; O centro público e as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários no âmbito do Programa Bahia Solidária, publicado no livro Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas; As incubadoras de empreendimentos econômicos solidários no contexto do programa Bahia Solidária, publicado no VII Encontro Internacional de Economia Solidária – finanças solidárias e desenvolvimento territorial; Programa Bahia Solidária: relato de experiência de política pública em economia solidária, publicados no ANAPEGS de 2010; e, assim, buscamos compreender a implementação destas estratégias metodológicas e as contribuições deixadas aos empreendimentos solidários.

Para tanto, no campo da pesquisa documental, encontramos o posicionamento de Minayo (2008), que, ao discutir o conceito e o papel da metodologia nas pesquisas em ciências sociais, imprime um enfoque plural para a questão: “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador” (MINAYO, 2008, p. 22). Esse fundamento se aplica às pesquisas de um modo geral e no campo da utilização de documentos não é diferente. Portanto, a pesquisa documental é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos.

Como fonte de dados desta pesquisa foram utilizados os recursos de entrevistas semiestruturadas com empreendedores da economia solidária dos segmentos de reciclagem, costura e alimentação que foram atendidos pelas ações desenvolvidas pela incubadora pública até o ano de 2010. O universo utilizado para

a pesquisa teve dois propósitos. O primeiro é coletar elementos que corroborem os dados já coletados nos textos/documentos utilizados como fontes principais de pesquisa, e o segundo é uma forma de analisar a prática da ação da incubadora pública. As escolhas foram feitas de forma que os participantes da amostra tivessem participado das ações da incubadora pública até o ano de 2010, e este critério limitou bastante o universo dos pesquisados, pois o ambiente da economia solidária ainda é bastante inconstante, levando a altas taxas de rotatividades dos seus membros.

A Incubadora Pública fomentou durante este período duas redes solidárias, SABERES E SABOR SOLIDÁRIOS e ECOREDES/UFBA, além do Complexo cooperativo de reciclagem durante o trabalho do carnaval até 2010. Deste universo foram retirados três empreendimentos como amostras, dentre os quais estão costura, reciclagem e cozinha. E, nesta amostra, conversamos com algumas lideranças, num total de dez indivíduos que estiveram no empreendimento durante o período pesquisado.

Todos os participantes possuem mais de cinco anos participando e atuando em sua comunidade como articuladores sociais junto a instituições governamentais, universidades e outros, discutindo questões de gênero, empoderamento social e econômico, questões políticas e culturais, dentre outras, tendo como público preferencial as mulheres da comunidade.

Os empreendimentos em tela são constituídos entre 05 a 18 membros, atuando diretamente na produção e como multiplicadoras na comunidade. Todos já foram atendidos pelas ações da SESOL e especificamente pela incubadora pública, principalmente na questão das formações.

Neste contexto, o presente trabalho será estruturado em introdução, três capítulos e considerações finais. O capítulo 1 trata de alguns conceitos de economia solidária, sua relação com os movimentos sociais progressistas, os conceitos de autogestão e suas relações de trabalho na economia solidária e esta outra economia como estratégia de desenvolvimento. No capítulo 2 buscamos compreender os conceitos de incubação na economia solidária, bem como tratamos do método de incubação e o papel desenvolvido pelos atores neste processo. Na sequência, o 3º capítulo busca fixar um olhar sobre a atuação do poder público, mais especificamente na atuação da incubadora pública estadual, enquanto agente na construção de uma identidade coletiva para o Movimento da Economia Solidária e os

seus empreendimentos. Tendo como considerações finais que se trata de uma política pública experimental, as ações da SETRE/SESOL vão de encontro aos ideais da economia solidária e da autogestão, particularmente no que diz respeito ao fortalecimento das incubadoras universitárias para o fomento de políticas estaduais e municipais de economia solidária, o apoio e construção de centros de comercialização de produtos e formação de trabalhadores de empreendimentos, a exemplo do CESOL, além do apoio e fomento das redes solidárias. No entanto muitas dessas ações esbarram na própria fragilidade das políticas sociais como um todo, e da política de economia solidária em particular.

CAPÍTULO I – ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária pode ser concebida como um espaço de inclusão social produtivo de todas as etnias, todos os povos e todas as manifestações culturais, no esforço em prol de uma igualdade social e econômica. Ela encontra seus princípios baseados na cooperação e solidariedade; equidade de gênero; respeito à orientação sexual; sustentabilidade ambiental, cultural, social, política e econômica; geração de tecnologia social; atividade econômica e princípios específicos: finanças solidárias; cadeias produtivas solidárias; marco legal. Conforme Benini:

De certa forma, podemos considerar a Economia solidária como um movimento que se situa no contexto do trabalho associado, e também um movimento que promove, sobretudo, múltiplas combinações e possibilidades. Porém, é importante considerar que tal diversidade não é fortuita, mas sim resultado de reiteradas tentativas de desmercantilização do trabalho, por meio e dentro de novas relações de produção. Eis a essência de se buscar um tipo de organização econômica solidária baseada na autogestão (2011, p. 71).

As experiências do Owenismo, em 1799, ou mesmo a dos pioneiros dos *Rochdale*, em 1844, são raízes históricas da Economia solidária – surgiram como alternativas, em termos de organização do trabalho, à proposta pela forma dominante de trabalho assalariado instituído pelo princípio econômico que começava a se tornar hegemônico na primeira metade do século XIX na Europa. Para Gaiger (1999, p. 29), “não é de hoje que o solidarismo econômico é utilizado como recurso pelos trabalhadores”. Formas comunitárias e autogestionárias de organizar a produção e o consumo existem há bastante tempo. No entanto o que se percebe atualmente é que poderíamos estar diante da germinação de formas de economia alternativa.

Hoje, a economia solidária se expressa através de grupos informais produtivos, associações de bairros, cooperativas, organizações mutualistas, fundações e formas de associação, desde pequenas iniciativas produtivas até iniciativas de grande porte, como é o caso das empresas recuperadas, conforme Bocayuva (2007). Nesse sentido, esta nova forma de organização econômica pode ser entendida como um movimento de renovação e atualização histórica da

economia social. O FBES, neste contexto, propõe um fluxograma das inter-relações da economia solidária no Brasil, conforme figura abaixo:

Figura 1 - A Economia Solidária no Brasil



Fonte: FEBES, (2013). Disponível em:

<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57> Acesso em: 3 jul. 2013.

É através de uma teia social que o Brasil busca alternativas de fortalecimento e autogestão para o fortalecimento dos empreendimentos de economia solidária, em que a sociedade civil e o poder público unem forças para fomentar a autonomia econômica destas iniciativas.

Gaiger (2004) afirma que é visível a expansão das experiências de economia solidária. Por um lado, seus protagonistas diretos encontram-se pressionados pela crise estrutural do mercado de trabalho; por outro, são motivados pela ação mobilizadora dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, estímulos adicionais decorrem do importante efeito demonstrativo das experiências já existentes, em particular daqueles segmentos populares dotados de substrato comunitário.

Também é válido pensarmos na Economia solidária como modo de produção que se adapta a produções atípicas, em que se tem a posse da terra e do processo produtivo, como é o modelo praticado na agricultura familiar. Para Singer (2008, p. 289), “costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central”.

Diante deste novo formato de geração de trabalho e renda de parte da nossa sociedade, o poder público em todo o Brasil passa a atuar de maneira mais ativa, através de fomentos e incentivos visando o desenvolvimento local sustentável, embasado na cooperação e solidariedade das pessoas envolvidas nesta nova forma produtiva. A noção de economia solidária, para França Filho (2002, p. 13) é:

[...] aquela de um novo relacionamento entre economia e sociedade, sobretudo com as relações de organização para o trabalho. Ou seja, [...] se elabora uma outra forma de regulação da sociedade através desse fenômeno [...] pois ele articula diferentes racionalidades e lógicas na sua ação, com suas múltiplas fontes de captação de recursos.

Logo, é resultado da busca dos trabalhadores excluídos do sistema formal de emprego por alternativa de sobrevivência que seja economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa.

1.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Compreender a dinâmica da economia solidária é construir um caminho para o desenvolvimento, inicialmente o desenvolvimento de pequenas localidades, mas

que, pouco a pouco, pode ganhar proporções ainda não percebidas pela maioria das pessoas.

Porém tratar das questões que envolvem desenvolvimento pode ter várias significações, dentre elas está principalmente as questões ligadas ao crescimento econômico das iniciativas dos empreendimentos solidários para a manutenção da vida cotidiana. Segundo Singer (2004), as questões sobre desenvolvimento envolvem um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

A esses empreendedores, muitas vezes invisíveis aos olhos das políticas públicas, têm sido relegados ao total e quase completo isolamento em relação ao desenvolvimento tecnológico, acesso ao crédito, educação formal, qualificação profissional, educação ambiental etc. Logo, estrategiar este desenvolvimento é reconhecer a presença dos empreendimentos solidários e dar-lhes subsídios para o seu fortalecimento e ampliação. A tecnologia pode favorecer esses negócios para deixarem de ser micro células de sobrevivência das camadas carentes da nossa sociedade e terem chances de igualdade no mercado.

Aliados aos recursos tecnológicos estão, também, o amparo às questões que envolvem as estratégias de negócios para esta produção de pequena escala e que procura respeitar os seus pares, bem como os recursos naturais de forma ética e consciente, produzindo bens e serviços para atender às necessidades da sociedade de forma sustentável.

A partir desta inclusão de mercado, aliados aos recursos tecnológicos estão também os amparos às questões que envolvem as estratégias de negócios para esta produção de pequena escala e que procura respeitar os seus pares, bem como a natureza e os recursos naturais de forma ética e consciente, produzindo bens e serviços para tendê-la às necessidades da sociedade, mas de forma sustentável. O acesso democratizado ao crédito, seja ele microcrédito ou um grande aporte de recursos financiados, de forma sustentável também representa estratégias de desenvolvimento a esta parcela da população.

Diante deste modelo de desenvolvimento proposto pela economia solidária, o papel das pessoas é fator que propõe a superação da subalternidade do trabalho em

relação ao capital, desenvolvendo capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos empoderados da atividade econômica. Logo, estimulando a formação destes trabalhadores e trabalhadoras através de incubadoras e assessorias que auxiliem nesta nova ordem de desenvolvimento humano, econômico e social através de propostas coletivas de autogestão, a economia solidária é um desenvolvimento possível.

1.1.1 Movimentos sociais e Economia Solidária

A interrupção, na década de 1980, de uma longa história de crescimento vivida pelo Brasil é resultado de um amplo conjunto de causas, dentre as quais se destacam o peso insustentável da dívida externa, o imobilismo gerado por uma excessiva proteção à indústria nacional, o fracasso dos programas de estabilização no combate à inflação e o esgotamento de um modelo de desenvolvimento baseado, fundamentalmente, na intervenção generalizada do Estado na economia. Tal esgotamento assentava-se na crise do Estado brasileiro, que diminuiu sensivelmente a sua capacidade de investimento, retirando-lhe o papel de principal promotor do desenvolvimento (SICSÚ, 2009).

Segundo Pochmann (2004), em razão da crise nacional que se seguiu, surgiu a questão política básica dos anos 1980: o Brasil perdeu o controle do seu destino. Os intentos de recolocar o país na trajetória do progresso e da modernidade frustraram por fatores tais como a dívida externa, as elevadas taxas de inflação e uma profunda crise do Estado. Embora variem os graus de relevância destes três fatores, eles estiveram sempre presentes na conjuntura da crise.

Ainda Pochmann (2004, p. 23) afirma que, passados aproximadamente 25 anos de estagnação da renda *per capita*, acompanhada de elevada instabilidade nas atividades produtivas, nota-se o aprofundamento de uma combinação perversa entre o ciclo de financeirização da riqueza e a inserção passiva e subordinada do Brasil na economia mundial, o que o torna dependente de tecnologia, assumindo o papel de produtor e exportador de produtos primários.

Este fortalecimento deu-se apenas nas grandes *commodities* do agronegócio, tornando os efeitos regressivos dessa combinação expressivos, tanto no interior do mercado nacional de trabalho como no aprofundamento das desigualdades sociais. De um lado, amplia-se o trabalho assalariado, e, do outro, há o aumento do

desemprego e da insegurança econômica no país. Logo, o acirramento da competitividade ampliou a demanda pelo conhecimento e informação e pela qualidade e tipo de educação oferecida à classe trabalhadora, resultando na maior disponibilidade de mão de obra e no empobrecimento da classe burguesa.

Na década de 1980 evidenciam-se os movimentos sociais compostos de pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população, capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida. Para Maria da Glória Gohn, os movimentos sociais são entendidos como

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilização, marchas, concretações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet (GOHN, 2003, p. 13).

Para Gohn, “[...] A experiência se recria cotidianamente, na diversidade de situações que enfrentam [...]. Eles expressam energias de resistência ao velho que os oprime, e fontes revitalizadas para a construção do novo” (2003, p. 14). Ou seja, as forças que antes eram oprimidas passam, agora, a convergir para uma nova ordem social propositiva. Logo, o movimento social da economia solidária, assim como os movimentos sociais de outrora, busca uma nova ordem produtiva através de práticas de produção e consumo inclusivas e coletivas, proporcionando bem-estar social e melhor qualidade de vida alinhada com o desenvolvimento local sustentável.

A economia solidária é um modo de produção que se adapta a produções atípicas, em que se tem a posse da terra e do processo produtivo, como é o modelo praticado na agricultura familiar. A economia solidária parece ser uma alternativa para a institucionalização da democracia nos ambientes de trabalho nos quais os indivíduos são importantes não para produzir, mas e dar mais lucro, e, sobretudo, porque são vistos como seres humanos capazes de se manifestar em sua plenitude. Assim, as decisões compartilhadas e o crescimento de forma integral diminuem a alienação no trabalho. Tiriba (2001, p. 16) afirma, ainda, que “‘Economia solidária’ é

a denominação que vem ganhando maior popularidade entre aqueles que acreditam ser necessário que os trabalhadores, além de lutar por um emprego, se organizem para fortalecer uma economia alternativa à economia capitalista”.

Ao longo da história da humanidade sempre existiram, em maior ou menor grau, experiências econômicas de iniciativas dos organismos populares, mesmo antes da emergência do modo de produção capitalista, a exemplo do Owenismo e o movimento de Rochdale, como já mencionamos, além do movimento do cartismo em 1830. Para Gaivizzo (2006), no Brasil o desenvolvimento da economia solidária é resultado da sinergia dos fatores econômicos e sociais. O fator econômico está caracterizado pelas transformações ocorridas no mundo e no mercado de trabalho ao longo do processo de desenvolvimento do nosso país, fortemente influenciado pelo globalitarismo. E os fatores sociais que se referem às experiências acumuladas pelos mobilizadores sociais no campo da organização popular, tais como movimentos sociais, as ONGs, as universidades, a Igreja Católica, dentre outros.

Neste período de insurgências dos movimentos sociais a economia solidária propõe uma carta de princípios indicando formas de condutas aos participantes desta outra economia, a fim de orientar e minimizar os efeitos dos fatores econômicos e sociais degradantes. Dentre os princípios podemos mencionar a construção de uma globalização humanizadora; do desenvolvimento economicamente viável, ambientalmente correto e socialmente justo; desenvolvimento das finanças solidárias; cadeias produtivas solidárias; a criação de uma política de economia solidária e um Estado democrático.

Gaivizzo (2006) observa, ainda, como plataforma, a criação de um marco legal que preveja regras de tributação, previdenciárias, trabalhistas e fiscais; promoção da educação das novas gerações, financiamentos de novas linhas de pesquisas, estímulos de extensões universitárias junto ao MEC, fomento e qualificação profissional; de comunicação, que divulguem as experiências deste gênero pelo Brasil, intercâmbio de informações; de redes de produção, comercialização e consumo; de democratização do conhecimento tecnológico, tecnologias apropriadas a estas experiências e organização social.

Contudo rejeita a mercantilização das pessoas; a maximização dos lucros individuais; nega a competição e afirma a cooperação entre os seres humanos e não é o terceiro setor que substitui o papel do Estado nas suas obrigações sociais e não retarda a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras.

1.1.2 OS Empreendimentos de Economia Solidária (EES): possibilidades e limites

A economia solidária tem proporcionado um ambiente fértil em experiências de organização coletiva e produção associada que se iniciam no âmbito das atividades laborais e se estendem, gradativamente, para outros ambientes da vida em sociedade. São iniciativas que surgem inicialmente da necessidade das pessoas garantirem a sobrevivência, mas aos poucos exercem uma transformação cultural e social nas relações entre os trabalhadores que vivenciam tais experiências. Para Mance,

As iniciativas de economia solidária possuem traços objetivos – como autogestão e a propriedade coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores em contradição ao que ocorre no mundo capitalista de se produzir valor econômico – que nos permitem agrupar esses trabalhadores – proprietários como uma nova *classe social* em si, que continua a se expandir rapidamente, a considerar-se os dados disponibilizados pelas redes nacionais e internacionais de economia solidária (MANCE, 2008, p. 121).

Os empreendimentos da economia solidária são bastante diversos, seja em termos dos setores e ramos de produção, seja no que tange à dimensão econômica de suas iniciativas empreendedoras. Trata-se de um universo de iniciativas bastante heterogêneas de base popular. No movimento da economia solidária são comuns, por exemplo, os pequenos grupos de produção, muitos dos quais assumem o formato jurídico de cooperativas, associações ou têm origem na própria ação de pessoas de modo informal, como saídas individuais contra o desemprego (SINGER, 2004).

Neste ponto, Gaiger (2004, p. 800) indica que nas experiências concretas de economia solidária os principais métodos de agentes sociais geralmente padecem do

[...] seguinte dilema: como ir além de êxitos isolados e ações focalizadas, produzindo efeitos de integração vertical e horizontal sobre as unidades econômicas e dando-lhes uma feição real de economia dos setores populares e dos trabalhadores em geral?

O desafio maior é transpor as barreiras das articulações políticas, sociais e econômicas já enraizadas e influenciadas por outra proposta de desenvolvimento.

As experiências de economia solidária, por falta de um marco legal que referende a sua atuação, procuram organizar-se de acordo com os princípios de cooperativismo, descritos na Lei nº 5.764/1971 (BRASIL, 1971), e que dispõem sobre: adesão voluntária e livre – as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades como membros; gestão democrática pelos membros – as cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões; participação econômica dos membros – os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente; autonomia e independência – as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros; intercooperação – as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais; interesse pela comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

A legislação prevê, ainda, a construção um regimento interno, com a participação dos membros envolvidos no empreendimento, para promover melhores condições nas relações de trabalho (BRASIL¹, 1991). Com poucas exceções, os membros dos EES têm baixa escolaridade, pouca ou nenhuma experiência no mercado formal e são oriundos de bairros populares e da agricultura familiar ou de empresas familiares. Em geral, estas pessoas passaram a vida produtiva presas à cultura da empresa capitalista.

Segundo Singer e Souza (2000, p. 123), a economia solidária

Constitui-se pelo conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizados por princípios solidários e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associação de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, clubes de troca e diversas organizações populares urbanas e rurais.

Com a entrada em vigor da nova Lei 12.690/2012² foram acrescentados ao rol

¹ Política Nacional do Cooperativismo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 03 jul. 2013.

² Nova Lei das Cooperativas de Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 03 jul. 2013.

de princípios do Cooperativismo mais 04 princípios, a fim de atender às mudanças na sociedade que foram ocorrendo com o passar dos anos, haja vista que a Lei 5.764 não atende mais às necessidades das Cooperativas, em razão da modernização da sociedade e o fomento da própria economia solidária. Dessa forma, entrou em vigor, em 19 de julho de 2012, a nova lei que procura atender aos interesses atuais das Cooperativas, razão pela qual foram acrescentados os seguintes princípios: I – Preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre iniciativa; II – Não precarização do trabalho; III – Respeito às decisões de assembleia, observado o disposto nessa lei; IV – Participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e Estatuto Social (BRASIL, 2012).

O artigo 4^a desta Lei menciona que as Cooperativas de Trabalho podem ser de produção ou de serviço, e, nesse aspecto, temos: I – de produção, quando constituída por sócios que contribuem com trabalho para a produção em comum de bens e a cooperativa detém, a qualquer título, os meios de produção; e II – de serviço, quando constituída por sócios para a prestação de serviços especializados a terceiros, sem a presença dos pressupostos da relação de emprego (BRASIL, 2012). Já o artigo 2^o da referida Lei traz expressamente o conceito de Cooperativa de Trabalho, ou seja, uma sociedade constituída por trabalhadores, para o exercício de suas atividades laborais ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão, com a finalidade de obterem uma melhor qualificação, renda, situação econômica e condições gerais de trabalho.

Vale ressaltar que para todas essas diretrizes funcionarem bem devem constar da ata da assembleia geral, bem como devem os sócios decidir sobre a forma de execução dos trabalhos, observando, nesse caso, a legislação pertinente, obrigando em lei o movimento da autogestão – uma forma de conter as “cooperatas”. As Cooperativas de Trabalho deverão ter um plano de gestão mais explícito e de fácil assimilação aos cooperados e todas as partes envolvidas. Esta lei impede, ainda, que as Cooperativas de Trabalho sejam utilizadas como meio de intermediação de mão de obra subordinada, vetando o trabalho precário ao modelo capitalista. Outra mudança trazida pela lei e que beneficia a maioria das empresas solidárias é que não se exige mais o número mínimo de 20 sócios, como previa a Lei 5.764/71, artigo 6^o inciso I. Com a entrada em vigor da nova Lei, estas empresas podem ser constituídas com número mínimo de 07 sócios, o que, ressalte-se, é um

grande avanço e traz maior celeridade no processo de constituição formal/legal de uma cooperativa e, como consequência, estimula a criação de novas cooperativas.

Ainda o artigo 7º garante aos sócios alguns direitos, além dos que podem ser criados pela Assembleia Geral, conforme seguem: I – Retiradas não inferiores ao piso da categoria profissional e, na ausência deste, não inferiores ao salário mínimo, calculadas de forma proporcional às horas trabalhadas ou às atividades desenvolvidas; II – Duração do trabalho normal não superior a oito (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto quando a atividade, por sua natureza, demandar a prestação de trabalho por meio de plantões ou escalas, facultada a compensação de horários; III – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos; IV – repouso anual remunerado; V – retirada para o trabalho noturno superior à do diurno; VI – adicional sobre a retirada para as atividades insalubres ou perigosas; VII – seguro de acidente de trabalho (BRASIL, 2012). Direitos estes que não eram previstos na Lei 5.764/71, a qual não fazia menção a tais direitos. Dessa forma, a nova lei beneficia os sócios da cooperativa, assegurando-lhes os direitos supramencionados, sendo que, para tanto, a cooperativa de trabalho deverá buscar meios para fazer valer tais direitos.

Esta lei prevê que as Cooperativas podem adotar por objeto social qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, desde que haja previsão expressa em seu Estatuto Social. De forma mais geral, as Cooperativas de Trabalho deverão, no mínimo, elaborar duas assembleias obrigatórias, deixando, assim, o processo mais participativo e, conseqüentemente, mais democrático. A presente Lei prevê, ainda, a criação de um conselho de administração, sendo que a fiscalização do cumprimento da Lei 12.690/2012 será realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Não obstante todos estes novos benefícios reconhecidos legalmente, devemos levar em consideração o conhecimento tácito que estes trabalhadores tenham do processo produtivo em si, já que a baixa escolaridade compromete o processo de formação gerencial, que tende a ser mais longo e penoso. Esta baixa escolaridade, em alguns casos ausência completa de escolaridade, implica em dificuldades para a realização do estudo de viabilidade econômica, de cálculo do ponto de equilíbrio e da gerência cotidiana do empreendimento. Além disto, tal condição se reflete na grande resistência dos cooperados em relação aos controles financeiros e administrativos que se busca implantar no processo de empoderamento dos trabalhadores associados. Para Gallo e Eid (2001):

Alguns desafios referem-se à formação sobre a cultura de autogestão do trabalhador e à cultura e história específica do grupo e passa pelo envolvimento total com o trabalho, tanto no sentido técnico da execução de uma tarefa, como na gestão da organização (políticas financeiras, comerciais e administrativas); e crítica, na superação de uma formação autoritária e burocrática inculcada pelo meio social em sentido amplo (familiar, escolar, profissional, político, etc.). Outra importante questão diz respeito à necessidade de saber administrar. A autogestão é um processo longo e complexo que articula a sobrevivência no mercado com o aperfeiçoamento organizacional e pessoal de forma continuada. Em síntese, depende de um aprendizado permanente sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo de atividade do empreendimento, assim como do desenvolvimento de novas formas participativas e de tomada coletiva de decisões (VIEITEZ, 1997 *apud* GALLO; EID, 2001 p. 16).

O grande desafio enfrentado pelos empreendimentos da economia solidária é o desenvolvimento de formas de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras. Entretanto uma mudança de qualidade e a sustentabilidade destes empreendimentos dependem de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis, atualmente, no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento.

Estas transformações transcendem os aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico. Algumas dificuldades são notórias ao se iniciar qualquer trabalho junto a estes empreendimentos: a ideia do emprego formal e seguridade social como um concorrente do trabalho associado e muitas vezes informal; falta de clareza nos critérios para o fomento público destas iniciativas, dentre outros.

Temos, também, a pouca compreensão do trabalho associado, desta relação entre ser o patrão, mas, sobretudo, ser o empregado. Neste quesito não podemos deixar de levar em consideração que somos produto de um sistema capitalista e, portanto, naturalizamos os seus métodos excludentes. Para tanto, ocorre frequentemente uma fragmentação das experiências, levando ao desperdício de oportunidades por falta de troca de informações ou ações conjuntas, numa perspectiva de redes produtivas solidárias. Há uma carência de acompanhamento duradouro das iniciativas por parte dos órgãos de incubação e do corpo técnico.

Apesar de ganhar expressiva força na atualidade, este modo de produção associada ainda não pode ser considerado uma força produtiva social nem uma pequena potência econômica para disputar lugar num mercado capitalista e altamente competitivo, em decorrência da própria debilidade social destas iniciativas.

Segundo Tiriba (2006, p. 117), “[...] embora os trabalhadores associados sejam produtores de conhecimento, se apropriem dos meios de produção, eles não detêm os fundamentos teóricos, os fundamentos científicos para colocar os meios de produção a seu serviço”.

Este fato caracteriza a extrema necessidade de regulação e incentivos fiscais, conhecido como tratamento desigual para os desiguais, por meio de políticas públicas que permitam a estabilidade de uma nova modalidade da economia em escala nacional, estadual e local, transformando os atores deste movimento em sujeitos de direitos com direito a ações reparadoras dentro de uma política governamental. Ainda Tiriba afirma que:

[...] precisamos constatar que, no capitalismo, os trabalhadores têm sido excluídos do direito à educação básica, seja ela de qualidade ‘mercadológica’ ou social – questão esta que nos dá elementos para refletir sobre a função social da escola nos processos de produção e legitimação de saberes (2006, p. 3).

Estas dificuldades, muitas vezes, levam os EES a um estado de colapso ou de falência, fatores que devem ser considerados com bastante cautela e exigem uma intervenção do Estado como braço auxiliador e estruturador de políticas públicas, e não mais como simples amortecedor das pressões sociais sobre esta outra economia, fragilizada, mas que fomenta um processo de inclusão dos cidadãos que ainda se encontram marginalizados do sistema convencional do capitalismo.

Para Santos:

[...] o mercado promove um dos seus valores centrais, a autonomia das iniciativas coletivas e os objetivos de descentralização e eficiência econômica que não são acolhidos pelos sistemas econômicos centralizados. Face à comprovada inviabilidade e indesejabilidade das economias centralizadas, as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressista, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado [...] (2002, p. 26).

A exclusão destes empreendimentos não se dá apenas nas questões econômicas e emancipatórias, tais empreendimentos são excluídos do crédito oficial por falta de garantias reais exigidas pelo sistema financeiro convencional; da formalidade jurídica dos seus empreendimentos, por motivos de ignorar os trâmites burocráticos; das dificuldades gerenciais e de comercialização.

Para Kraychete:

Entendida desta forma, a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos populares se constrói no cruzamento de diferentes vetores de transformação, externos e internos aos grupos. O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia. Nestes termos, a sustentabilidade dos empreendimentos associativos não é um problema estritamente econômico nem se equaciona no curto prazo, mas pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social (2007, p. 9).

O êxito que alguns EES vêm obtendo mostra que é possível exercer uma atividade produtiva sob uma nova concepção: a de deter e gerir coletivamente os meios de produção. Para tanto, o empreendedor da economia solidária que, muitas vezes, nunca antes teve um emprego formal, tem que aprender todos os processos do ambiente de trabalho. Além disto, tem outros compromissos que não precisam ser cumpridos pelo trabalhador comum: participar de assembleias e reuniões (muitas vezes fora do horário de trabalho), preocupar-se e comprometer-se, enfim, com a condução do empreendimento. Tudo isto sem ter garantia, pelo menos no início, dos benefícios básicos dos outros trabalhadores, o que evidencia a capacitação para ações produtivas cooperadas.

No universo da economia solidária e seus empreendimentos as competências são construídas através da prática participativa e de uma relação dialógica permanente, as quais são exercitadas de acordo com as realidades e atividades de cada grupo, uma vez que os empreendimentos de economia solidária não são a mesma coisa, cada um tem suas particularidades. Esses se situam em ambiências concretas e distintas e, em função disso, metodologias são formuladas respeitando o espaço/tempo de socialização e entendimento das ferramentas e instrumentos e respeitando o processo de autonomia do grupo. Os saberes são construídos a partir do exercício em situações complexas, logo, o esforço de aprender a aprender é também uma aprendizagem prática. Porém, para que os indivíduos desenvolvam essa aprendizagem, faz-se necessário que ela seja significativa, por si mesma, numa ampla gama de situações e circunstâncias do seu cotidiano, caso contrário o aprendizado perde o seu sentido e, pior, a sua utilidade.

Ratificando os comentários acima descritos, de acordo com Freire (2005), “é a *práxis* autêntica que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo, à medida que a luta não se justifica apenas para ter liberdade para

comer, mas liberdade para criar, construir, admirar e aventurar”. A luta por essa construção começa no autorreconhecimento, através da prática, e de uma relação dialógica permanente.

Podemos concluir, através destas afirmações, que esta outra economia se volta não só para os homens, mas principalmente para compreender o seu pensamento/linguagem/realidade, os níveis de sua percepção desta realidade, a sua visão de mundo quando reproduz a sua existência. Reafirma Freire (2005) que “a existência deste indivíduo no mundo ocorre mediante a sua recriação e transformação contínua, onde o “aqui” não é somente um espaço físico, mas também um espaço histórico”.

1.2 A HETEROGESTÃO VERSUS AUTOGESTÃO

Através do trabalho o ser humano extrai da natureza materiais que ele converte em riqueza. Nesta relação de mediação o ser humano produz ação dirigida, visando satisfazer suas necessidades, inventa outras, cria valores e modos de vida. A atividade “trabalho” é essa ação comum, geral e, ao mesmo tempo, particular, da humanidade.

Na Antiguidade o trabalho, como atividade humana em geral, era compreendido como relação de mediação entre o humano e a natureza com vistas à produção e afirmação da vida, constitui-se uma materialização da condição humana. De acordo com Saviani (2007, p. 154), “os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção, e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações baseados em um modo de produção comunal, e ainda não havia divisão em classes”.

Diferentemente da Antiguidade, a economia de mercado atual tem uma lógica hegemônica e dominante, uma vez que suas estruturas estão organizadas em um padrão estritamente mecânico, caracterizado pela constatação das necessidades humanas em suas várias modalidades de expressão: físicas, culturais, espirituais e outras. Para atender a essas necessidades, produzem-se bens e realizam-se serviços, respondendo às demandas daqueles que estão na linha de consumo.

Sendo assim, Singer (2001, 2002, 2008) afirma que as relações de trabalho nas empresas heterogestionárias reproduzem a lógica construída ao longo dos tempos, haja vista que todo o processo produtivo não é de propriedade de seus

trabalhadores, mas sim de organizações baseadas nos modelos capitalistas. Não distante desta realidade encontra-se a relação com a força de trabalho que também é comprada pelo empregador; em geral, as decisões são tomadas pelo empregador, em função de lucros cada vez maiores.

Singer (2002, 2008) afirma que a heterogestão ou administração hierárquica possui vários níveis de autoridade e, conseqüentemente, de comando, tais como dar ordens ao subordinado e controlar sua atividade, podendo, em regra, avocar atribuições e incumbir competências. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras (SINGER; 2002, p. 17).

Na heterogestão, à medida que os níveis hierárquicos vão se ampliando as repetições das atividades deixam de fazer parte da rotina e o conhecimento sobre o todo administrativo se amplia, os trabalhadores passam a se agrupar em caixa, ou ilhas isoladas umas das outras, vislumbrando os lucros cada vez maiores, e a competição é a palavra de ordem. Neste ponto das relações humanas as organizações passam a enfrentar a sonegação de informação estratégica entre as ilhas na perspectiva de enfraquecer os rivais. Ainda Singer (2002, p. 18) afirma que, dentro dessas contradições, este modelo de gestão busca incessantemente novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado.

Na empresa capitalista, os empregados ganham salários desiguais, conforme uma escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho determinada pela oferta e demanda pelo mesmo no mercado de trabalho. Os trabalhadores são livres para mudar de emprego e, portanto tendem a procurar as empresas que pagam melhor. E os empregadores são livres para demitir os empregados e assim tendem a procurar os que produzem melhor (*Idem*, 2002, p. 11).

De acordo com Singer,

A economia solidária compreende diferentes tipos de 'empresas', associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. Estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver. A mais importante destas carências é, sem dúvida, a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social. Os pobres são pobres porque foram colocados à margem das empresas que produzem a parte principal da riqueza social. Sobrevivem de transferências públicas (aposentadorias, pensões, cestas básicas ou *green stamps*, merenda escolar etc.), de transferências privadas (obras caritativas) ou do

exercício de trabalhos que não exigem quase capital ou qualificação profissional: serviços domésticos remunerados, biscates, venda de bens ou serviços [...] sendo os serviços muitas vezes uma mistura de extorsão com mendicância, como a guarda de carros na rua etc. (2001, p. 105/106).

Nas empresas solidárias, que geralmente são de menor porte, as decisões são tomadas por todos os seus sócios, que decidem como devem ser organizados e controlam seus processos produtivos. Empresas de grandes dimensões não fogem da tomada de decisões conjuntamente, mas são eleitos representantes que se reúnem em assembleias fechadas para tomar essas decisões por eles, e nem sempre estas decisões representam os pensamentos daqueles a quem estes representam.

Singer (2001, p. 107) coloca, ainda, que “O principal campo de ação solidária das cooperativas já consolidadas é para fora”, ou seja, os lucros, aqui conhecidos como sobras, são (re)aplicados no negócio como forma de disponibilizar outros postos de trabalho no empreendimento ou em um novo. Estes trabalhadores associados sociais acreditam que a intercooperação é bastante exitosa para as empresas solidárias.

As transformações tecnológicas, principalmente as relacionadas à indústria automotiva, estão dominadas por empresas com filosofia heterogestionária, vêm tornando o descarte da mão de obra dos processos produtivos algo comum e corriqueiro, promovendo, ainda mais, o aumento do desemprego e todas as mazelas sociais oriundas deste processo. Tal cenário se agrava no caso do Brasil, onde o desenvolvimento tecnológico é incipiente e as tecnologias são importadas de países de línguas estrangeiras; assim, o trabalhador local enfrenta maiores dificuldades para adaptar-se a elas e, para tanto, necessita disponibilizar a força física e intelectual para a realização do trabalho.

Para os empreendimentos da economia solidária as tecnologias utilizadas são as sociais comunitárias e, de acordo com a proposta dos EES, os conceitos de salário e lucro são inadequados, pois estes conceitos não expressam a alteridade das relações produtivas que caracterizam os EES.

As empresas solidárias ou empreendimentos de economia solidária – EES negam a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do sistema capitalista. Ela é basicamente formada por trabalhadores mais conscientes da sua capacidade produtiva, da responsabilidade

do uso dos recursos e do meio ambiente, e que apenas secundariamente são proprietários do negócio. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho nas relações produtivas, sendo esta relação solidária muitas vezes reproduzida para a vida cotidiana de cada um desses trabalhadores baseados no sistema da autogestão. Para Silva e Azevedo:

Assim, pode-se afirmar que ocorre a desalienação do trabalhador, dado que esse tipo de mudança representa a passagem da absoluta irresponsabilidade e ignorância em relação ao que ocorria na antiga empresa a uma nova situação, em que eles têm a responsabilidade coletiva pela nova empresa? Agora, trabalhando em sua própria cooperativa, eles são proprietários de tudo o que é produzido. O trabalho como princípio educativo pode ser considerado uma premissa na medida em que a função técnica e a função de direção se articulam, ainda que careça de análises mais acuradas (2010, p. 155).

A proposta dos empreendimentos está pautada na geração de alternativas destinadas a prover e repor os meios de sobrevivência e na utilização da capacidade de produção das pessoas, englobando unidades de trabalho coletivas e não as relações hegemônicas utilizadas pelas empresas heterogestionárias. Como já mencionamos:

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados, bem como os resultados do trabalho. Os ganhos econômicos são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos participantes. As relações que os trabalhadores estabelecem entre si são diferentes daquelas existentes numa empresa. Para que a atividade funcione é preciso que cada um dos trabalhadores assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. São estas regras de convivência estabelecidas pelos próprios associados que determinam a forma e a qualidade da gestão do empreendimento (KRAYCHETE, 2009, p. 5).

Para Singer (2002, p. 19), “O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”. Algumas vezes, muitos sócios, educados pelo sistema capitalista e enraizados pela sua essência, estão inclinados a não participar de decisões e dão voto de confiança à direção. Acontece que grande parte dos trabalhadores se insere na economia solidária apenas como uma forma de escapar da pobreza, não se empoderando das suas potencialidades.

Os trabalhadores são inclinados a não seguir nenhum dos dois modos, mas em sua própria formação sociocultural já são moldados ao modelo de gestão

hierárquica. Na opinião de Singer (2008), essa formação alienante pode ser abalada quando este trabalhador passa a se envolver em lutas emancipatórias. Todo esse desafio às ordens vigentes, à emancipação democrática está evidenciado na forma de autogestão proposta pela economia solidária.

A autogestão representa o método mais basilar da economia solidária, seus princípios representam um grande passo no processo de emancipação dos empreendimentos. Segundo Singer (2002, p, 84), a economia solidária compõe-se das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão. Ela faz parte, portanto, da economia cooperativa ou social. [...] a maioria das empresas apresenta graus muito variados de autogestão, não apenas de cooperativa para cooperativa, mas para a mesma cooperativa em diferentes momentos.

Muitos autores definem a autogestão como um processo de controle gerencial para a organização do trabalho. Para Bobbio, a definição essencial de autogestão é:

Em sentido lato, se deve entender um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas), onde as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade (empresa, escola, bairro, etc.) (1998, p. 74).

A autogestão não se passa apenas no âmbito da produção, mas no conjunto da vida social, ou seja, esta forma de gerir a produção aos poucos passa a fazer parte dos diversos setores da vida, transformando, assim, a sociedade. Bobbio (1998. p. 74) afirma que as “associações cotidianas [...] qualificam a autogestão como princípio elementar de modificação das relações sociais e pessoais, no sentido da reapropriação do poder decisório relativo a uma dada esfera de atividade contra qualquer autoridade”.

A autogestão se dá em processos que são específicos dos meios de relações internas e externas da divisão e distribuição dos resultados, de sistemas de decisão e de regras de participação direta das empresas solidárias. Para Bocayuva (2007), “as modalidades concretas de autogestão são inter-relacionadas com a transformação e mesmo com a eliminação de superestruturas do Estado e com as formas ideológicas dominantes”, ou seja, a ação coletiva com a superação dos contextos institucionais/organizacionais e técnicos do modelo heterogestionário. A

autogestão alavanca como processo de emancipação e promoção das diversas formas de cooperação, rompendo com as velhas formas de apropriação privada e dominadoras de segregação em todas as esferas da vida.

Em geral se aponta a autogestão, a democracia na economia, como a característica central e definidora da economia solidária. Sem dúvida que a autogestão é uma característica que qualifica a economia solidária, porém é preciso admitir que a mesma não apenas não é uma condição suficiente, como também pode ser um elemento não necessário para definir o caráter solidário de uma atividade econômica. Para Nascimento:

A autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracteriza um novo modo de produção. Contudo, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas dos trabalhadores constituírem sua utopia de uma sociedade igualitária e socialista (2011, p. 92).

A Autogestão e a Economia solidária não são sinônimas, mas são termos correlatos porque a gestão é um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho (MELO NETO, 2005). Suas ideias gerais são: fim do assalariamento; organização do trabalho com base na gestão democrática; eleição de comissões de autogestão; eliminação da hierarquia; participação nas decisões relativas às sobras.

Para os EES, a autogestão significa serem geridos pelos trabalhadores, de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes definidas coletivamente e, se não o fizerem a contento, o grupo os substitui. Desta forma, dá-se a contraposição às relações do capital, enquanto empresa. Singer complementa:

[...] Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante, sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros

(SINGER, 2008, p. 289).

A cultura da autogestão, que é a mesma praticada pelos EES, traz potencialmente uma série de vantagens e protege o negócio de certos riscos que as empresas convencionais correm. Estar trabalhando num negócio que é seu e do qual o trabalhador participa das decisões permite uma motivação maior, apesar das adversidades. Por serem proprietários, mas somente quando começam a sentir-se como tal (o que não é trivial), os trabalhadores buscam conhecer melhor o negócio, com reflexos positivos sobre suas atividades, além da transparência das ações que dificulta as fraudes. Para Singer (2002, p. 4), a empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários.

Tiriba (2006) entende o modo de produção associada como a principal relação social entre os indivíduos dos setores populares que, por sua vez, encontra-se dividida em duas partes. A primeira, como uma reprodução ampliada da vida, através das redes solidárias pela sobrevivência, e a segunda trata de uma perspectiva mais marxista e livre de socialização do capitalismo, ou seja:

A “produção associada” deve ser entendida em dois sentidos. O primeiro vincula-se à constatação (a olho nu) que a reprodução da classe que vive trabalho, em especial, dos trabalhadores oriundos dos setores populares, requer uma verdadeira produção associada, pressupondo a criação de redes de solidariedade, de colaboração para que, cotidianamente, possam garantir sua sobrevivência. A reprodução ampliada de vida requer a coordenação do esforço coletivo do conjunto de pessoas que compõem a unidade de produção, seja ela unidade doméstica, cooperativa ou de qualquer outro empreendimento econômico. A reprodução ampliada de vida requer a coordenação do esforço coletivo do conjunto de pessoas que compõem a unidade de produção, seja ela unidade doméstica, cooperativa ou de qualquer outro empreendimento econômico. (O conceito de “economia popular” vem sendo fundamental para que possamos compreender esta singular dimensão dos processos dos setores populares). O segundo sentido de “produção associada” caminha no horizonte econômico-filosófico marxista, no qual a mesma é entendida como unidade básica da sociedade dos produtores livremente associados na produção. Evidentemente, como categoria histórica, a “produção associada” tem que ser redimensionada na atual fase de sociabilidade do capital, dado que o cooperativismo e outros empreendimentos associativos vêm sendo demandados pelo modelo neoliberal de acumulação e regulação social (TIRIBA, 2006, p. 118).

O labor é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção de classes ou

qualquer outra. Saviani (2007) afirma que os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando, ou seja, há relação direta com a educação e o trabalho, ou ainda podemos colocar o trabalho como princípio educativo, libertador e emancipador do homem.

Trabalhadores formados pelo sistema capitalista têm cada vez mais oportunidade de passar à economia popular e solidária e trazem consigo o saber tácito apreendido nas rotinas da empresa capitalista heterogestionária. Nas empresas que entram em crise e pedem falência é possível, por exemplo, que os trabalhadores assumam coletivamente, organizados em cooperativas e utilizando todos os princípios da autogestão. Este movimento do trabalho cooperativado é conhecido como empresas recuperadas.

Esse tipo de mudança representa a concretização das novas relações trabalhistas, nas quais o trabalhador tem a responsabilidade coletiva pela nova empresa: se ela por algum motivo não ganha, eles também não ganham e neste novo grau de comprometimento é que são alicerçadas as relações solidárias. Assim, o trabalhador passa de simples operário para dono e força produtiva do seu próprio empreendimento, mas também assume os prejuízos. Esta nova modalidade empresarial /empreendedora, de base coletiva, é bastante estranha no início, porque se faz necessária uma mudança organizacional, nos hábitos e na cultura organizacional como um todo, o que é uma experiência libertadora.

A autogestão propõe um ambiente fértil em experiências de organização coletiva (formais ou não), que se inicia no âmbito das atividades laborais e se estendem, gradativamente, para outros ambientes da vida em sociedade. São iniciativas que surgem inicialmente da necessidade de as pessoas garantirem a sobrevivência diária, mas aos poucos exercem uma transformação cultural e social nas relações entre os trabalhadores que vivenciam estas experiências.

Esse modo pelo qual as pessoas se associam deixa evidente a necessidade de um acompanhamento educativo para o gerenciamento dos processos decisórios destas organizações. Este acompanhamento pode partir de corpo técnico ou incubadoras, que são Entidades de Apoio e Fomento à economia solidária, assim como pode partir de uma política pública estruturada e voltada para este público. No capítulo 2 passaremos a tratar dos aspectos da incubação dos empreendimentos de economia solidária, conceitos, suas metodologias, suas possibilidades e dificuldades.

CAPÍTULO II – INCUBADORAS DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Neste capítulo procuramos abordar alguns conceitos e métodos das incubadoras de empreendimentos solidários por entendermos que a incubadora pública, objeto do nosso estudo, guarda bastantes semelhanças com este processo de incubação. Para Oliveira (*apud* OLIVEIRA; DAGNINO, 2004, p. 2), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP é “um empreendimento que dispõe de uma equipe técnica para fornecer apoio, durante um determinado período de tempo, visando contribuir para o processo de aprendizagem de pessoas [...] sem relação de dependência”. O mesmo conceito se aplica às incubadoras de um modo geral.

Uma incubadora universitária pode constituir-se em um espaço diverso, onde se desenvolvam pesquisas teóricas e empíricas sobre a economia solidária, cuja ação política pode voltar-se para atender principalmente às camadas populares desprovidas dos meios de produção ou não, pode ser também um coletivo de profissionais liberais e especializados. A incubadora da UFRJ³ (2013), uma das mais antigas do país, é definida institucionalmente:

[...] a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um programa de extensão universitária do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), foi concebida como um centro de tecnologia que tornaria disponíveis os conhecimentos e os recursos acumulados na universidade pública para gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de empreendimentos solidários autogestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica (VILAS; NEGRÃO, 2008, p. 3).

Seja pública ou de cunho privado, é fundamental o apoio da Reitoria da Universidade no sentido de disponibilizar a infraestrutura necessária, conforme cada situação, e estabelecer algumas prioridades na aquisição de serviços e produtos oriundos dos empreendimentos formados ou apoiados por esta atividade extensionista. Podemos compreender, ainda, a incubadora, segundo o Proninc, como sendo “um conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que abrange desde o surgimento até a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica destes empreendimentos” (BRASIL, 2013).

³ Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/a_itcp_somos.php>. Acesso em: 03 jul. 2013.

Bocayuva (2001) afirma que a incubadora se transforma num modelo de ação da universidade no combate ao desemprego e à exclusão como um conjunto de metodologias desenvolvidas para ações de inserção social e combate à pobreza, promovendo o desenvolvimento local sustentável. Ainda o mesmo autor afirma que

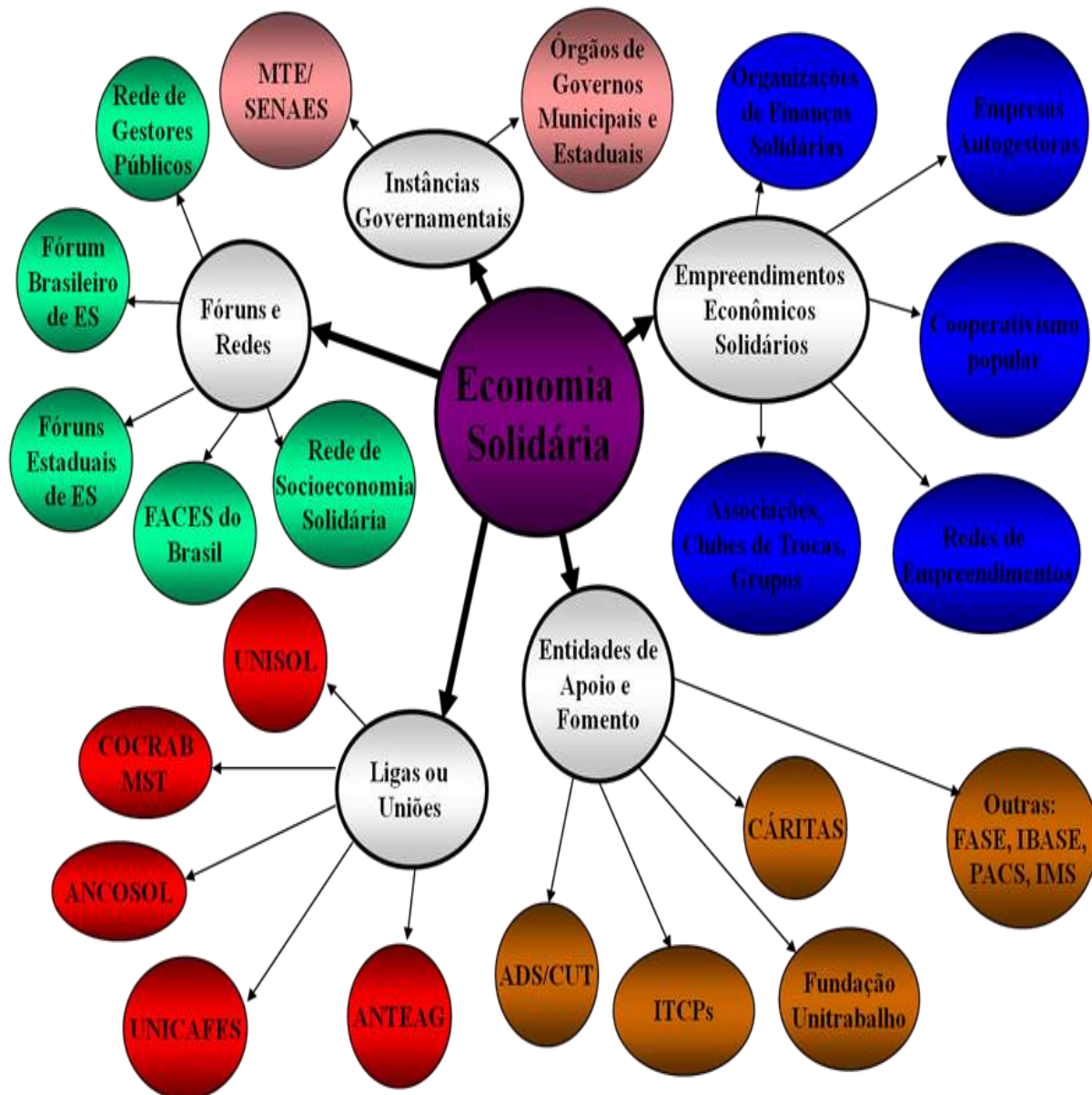
Seu impacto nacional repercute no debate sobre o campo das políticas públicas e das práticas e conflitos ligados ao futuro do trabalho e à redistribuição de renda, o que levou ao seu desenvolvimento e difusão em outras unidades da federação, por meio da montagem de outras incubadoras universitárias, assim como de uma rede universitária nacional (BOCAYUVA, 2001, p. 1).

Segundo Cançado *apud* Cançado (2007a, p. 21), “a incubação é um processo temporário de apoio à cooperativa para que ela possa se organizar e depois se autossustentar, de modo autogestionário”. Logo, então, o acompanhamento é feito pela articulação multidisciplinar de áreas de conhecimento das universidades, agindo simultaneamente de acordo com a necessidade de cada grupo, por intermédio de diversas metodologias de incubação que consistem no acompanhamento, na assessoria e na formação dos grupos incubados (CANÇADO; CARVALHO; PEREIRA, 2011).

Podemos compreender as incubadoras, sejam elas de cunho universitário ou mesmo a incubadora pública, como entidades de apoio e fomento da economia solidária, geralmente são de origem universitária, ligadas à pesquisa e à extensão. Contam com uma equipe multidisciplinar, composta por professores e alunos, da graduação ou mesmo da pós-graduação e funcionários das diversas áreas do conhecimento, que, por sua vez, realizam atividades transdisciplinares. Elas atendem aos empreendimentos que trabalham de forma associada mesmo com aqueles que ainda estão em constituição.

Segundo definição da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE, as entidades do tipo ONGs, Universidades, Incubadora Pública, Fundações podem ser consideradas como Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária, são organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos empreendimentos. Conforme podemos visualizar na figura abaixo:

Figura 2 - O campo da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Atlas da Economia Solidária, MTE (2005. p. 14).

Na figura acima percebemos que as entidades de apoio e fomento também compreendem a ADS/CUT, Cáritas, dentre outras, que procuram realizar atividades bastante próximas às desempenhadas no processo de incubação. Num contexto mais amplo, as incubadoras complementam as atividades extensionistas de forma mais factível, pois as pesquisas desenvolvidas não se limitam apenas a métodos consultivos, bibliográficos, mas elas partem para uma metodologia de pesquisa-ação em que o corpo técnico necessita conectar práticas produtivas e educativas com as necessidades dos empreendimentos participantes da pesquisa. Diante disso, os atendimentos aos empreendimentos são feitos através de visitas técnicas e

pequenas formações de acordo com a necessidade de cada um destes grupos, pois, como já dissemos, os trabalhadores associados sociais da economia solidária acumulam diversas dificuldades, sejam elas cognitivas ou mesmo práticas laborais.

Porém é importante salientar o sentimento de imediatismo na obtenção de resultados que se apresentam nos empreendimentos, sendo que estas condições são colocadas como barreiras para a continuidade do acompanhamento da incubadora. Esse cenário estabelece, por vezes, um distanciamento entre o discurso científico construído na academia e a necessidade prática observada no trabalho de campo, fato que também reflete no período de incubação dos empreendimentos solidários e as indagações acerca do exato tempo de incubagem destas iniciativas.

Na Figura 2 podemos encontrar alguns conglomerados de entidades na rede de apoio à Economia Solidária, sendo eles:

- Empreendimentos de economia solidária (EES) – conforme já mencionamos no capítulo anterior, os empreendimentos são organismos produtivos que respeitam os princípios da Economia Solidária e da Autogestão.

- Fóruns – são espaços de militância política onde se tratava da auto-organização dos/as trabalhadores/as, políticas públicas e das perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda (FBES, 2013).

- Redes – são grupos de EES que buscam juntos melhores oportunidades na geração de trabalho e renda, além de buscar a melhoria do padrão de consumo de todos os que dela participam, proteger o meio ambiente e construir uma nova sociedade mais justa e igualitária.

- Instâncias Governamentais – são os órgãos disponíveis nas três esferas dos governos que buscam através de políticas públicas o fomento à Economia Solidária.

- Ligas ou Uniões – geralmente são associações de empreendimentos ou cooperativas, sem fins lucrativos, a nível nacional que buscam defender os reais direitos desta classe trabalhadora.

- Entidades de Apoio e Fomento – são organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto, capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e de gestão e acompanhamento junto aos Empreendimentos de Economia Solidária (SENAES, 2013).

Recordando Freire (2005), as qualidades ou virtudes são construídas no esforço que se impõe para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos – este esforço de diminuir a distância entre o discurso e a prática é uma dessas virtudes que denominamos coerência. Há uma necessidade, por parte destas iniciativas, de sobrevivência diária, pois muitos dos participantes sobrevivem apenas desta renda.

A coerência em estruturar o trabalho de acordo com as necessidades dos empreendimentos é o maior desafio enfrentado pela equipe de assessoramento, pois a forma pela qual estes coletivos se comunicam consiste em dar oportunidade aos trabalhadores associados de assumirem-se como sujeitos, atores que devem interagir no processo de aprendizagem e não reconhecê-los apenas como objeto de aplicação de experiências para o desenvolvimento solidário, e sim da busca pela sustentabilidade, e este contexto vai muito além das possibilidades imediatas do processo de incubação. Além de representar o desenvolvimento da comunidade como um todo, não de alguns indivíduos apenas, e, por isso, ele não pode ser alcançado somente pela atração de algum investimento externo aos empreendimentos.

Temos que considerar também a forma como estas incubadoras montam as suas equipes, na sua maioria são estudantes que passam pelo processo de incubação durante o curso e depois seguem outros caminhos profissionais e ideológicos. Quase sempre são financiados por projetos externos à universidade, quem têm começo, meio e fim, sem muitas garantias de continuidade para os estudantes ou mesmo os técnicos. Esta rotatividade entre os membros da incubadora nem sempre corresponde ao tempo de aprendizagem exigido pelos empreendimentos, deixando quase sempre lacunas nas suas ações práticas.

2.1 CONTEXTO DAS INCUBADORAS

A criação e o fomento às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários têm como objetivo melhorar as condições dos empreendimentos, por meio da transferência de tecnologia social em gestão e produção, além de desenvolver ações sociais e políticas com os coletivos solidários. Esse processo fundamentado em uma metodologia de trabalho que toma por referência a educação popular e valoriza a cooperação e a autogestão, busca oferecer e construir conjuntamente

ferramentas para que os empreendimentos tornem-se sustentáveis nos aspectos econômicos, sociais, políticos e de gestão.

Assim, Nunes (2011, p. 105) afirma que “as incubadoras tornam-se laboratórios em que a pesquisa e a extensão se interligam nas experiências de apoio aos empreendimentos em curso”, e que, além de resultar em melhorias para o negócio, produzem pesquisas teórico-práticas sobre os assuntos relacionados à economia solidária.

Antes mesmo da criação das incubadoras de empreendimentos solidários existiam as incubadoras de empresas, também como parte da atividade de extensão de algumas universidades. No Brasil, o movimento das incubadoras universitárias teve início a partir do movimento das incubadoras de empresas na década de 1980, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e adesão de agências, como a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e a Organização dos Estados Americanos – OEA no plano supranacional.

Estudos apoiados por essas agências levaram à constituição, em 1987, da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada – ANPROTEC, cujo objetivo era a articulação com organismos governamentais e não governamentais, visando o desenvolvimento de Incubadoras e Parques Tecnológicos no país. Este movimento esteve ligado à existência de um vácuo institucional que promovesse a relação entre o ambiente acadêmico e o setor empresarial.

Segundo Guimarães (2000), em 1991 observava-se outro movimento que tinha como agentes a população aliada às universidades, que criaram arranjos institucionais os quais deram origem às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP, sendo que estas mesmas ações estiveram ligadas a fatores socioeconômicos e políticos desse período.

Bocayuva (2001) informa que projeto foi inspirado pelo movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria – Ação e Cidadania, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que lançou uma semente no pensamento solidário na nossa sociedade. A consciência de que a ação de distribuir alimentos, da Ação e Cidadania, teria que ser ampliada com iniciativas visando gerar trabalho e renda fez com que professores da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz criassem uma cooperativa popular, formada por moradores da região da Maré-RJ, que pudesse prestar serviços para a própria Fiocruz, surgindo, dessa forma, a Cooperativa de

Manguinhos.

Ainda Bocayuva (2001, p. 2):

A questão inicial e desafio prático, teórico e metodológico, colocada para docentes, pesquisadores, técnicos e discentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, era: como garantir inserção no mercado para setores excluídos e precarizados, de maneira a que tivessem acesso à ocupação e renda? Como garantir trabalho, no sentido juridicamente formal, para trabalhadores que, numa visão imediata, estariam condenados ao subemprego e à desocupação? Tais questões ligavam-se ao problema das atividades autônomas, informal e precariamente desenvolvidas na produção de bens e serviços realizados até então e, quase sempre, tratadas como desafios individuais.

A experiência bem-sucedida passou a dar frutos em 1995 com a UFRJ, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia, que iniciou um trabalho mais direto com comunidades das favelas interessadas na formação de cooperativas de trabalho, com o intuito de dirimir os efeitos da exclusão social no país. Esta ação se configurava uma tentativa de utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação e qualificação desse novo contexto do mercado de trabalho. Ainda segundo Guimarães (2005), a metodologia de incubação de cooperativas populares, criada pela ITCP/COPPE, impulsionou a criação de outras incubadoras e de programas de políticas públicas voltadas para o cooperativismo popular.

2.2 METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO

Antes mesmo de implementar uma metodologia de incubação havia necessidade de estruturar um núcleo interdisciplinar, dentro da UFRJ, que pudesse atender às iniciativas populares de organização para a geração do trabalho e renda, considerando os desafios de organizar pessoas num universo complexo de ensino-aprendizagem para o empreendedorismo social.

Ainda Bocayuva (2001, p. 5) afirma que:

[...] apoiar, fomentar, capacitar e acompanhar as cooperativas populares amplia-se quando o enfoque experimental e difuso torna-se uma perspectiva de apoio sistemático e contínuo. Mesmo que a escala atingida pelo projeto possa lhe conferir um sentido demonstrativo, como ocorre no mundo das ONGs e entidades filantrópicas de apoio social no atualmente denominado terceiro setor, a ITCP elabora uma metodologia que, partindo da noção de incubação, pretende construir um campo de sentido estratégico mais amplo

nas políticas públicas. A partir do peso da universidade pública, dos recursos técnicos e científicos que estão ao seu dispor e constituindo uma equipe interdisciplinar, podiam colocar-se questões mais amplas ligadas ao tema do modelo econômico nacional.

Para tal, empoderar atores sociais como protagonistas de sua própria história entrelaçava-se com a discussão nacional de políticas de mercado que atendessem ao público excluído do mercado de trabalho. Neste sentido, as incubadoras universitárias procuram reorientar o debate sobre as estratégias do modelo de desenvolvimento do país, a partir do modelo de economia solidária. Diante desta proposta para as iniciativas populares e coletivas de produção emergia a necessidade de um modo de atuação dos técnicos e de acompanhamento diferenciados das incubadoras, que proporcionassem condições para o fortalecimento e viabilização econômica destes atores. Este modo diferenciado entre as incubadoras ficou conhecido como metodologia de incubação.

A forma de incubação mais utilizada está na proposta composta por três etapas: a pré-incubação, a incubação propriamente dita e a desincubação, em que o tempo previsto gira em torno de 02 a 03 anos, podendo variar quanto. Voltado para a *práxis* da extensão universitária, através da troca de saberes na medida em que sistematiza e (re)elabora o conhecimento tanto acadêmico quanto popular, concretiza a troca mútua de conhecimentos e experiências diferenciadas entre cooperados e alunos no trabalho conjunto para a construção da emancipação das cooperativas. Neste contexto, foram propostas as três etapas para a metodologia de incubação.

Na **pré-incubação** a “porta de entrada” do processo educativo de incubação deve ser através de um diagnóstico participativo, um questionário que proporciona a investigação social do empreendimento, ou seja, uma anamnese do grupo e da localidade. O diagnóstico deve nos evidenciar a sistematização da realidade objetiva, contextual, na qual o grupo desenvolve as suas atividades e o seu produto final é a construção de um plano de incubação que é seguido até a última fase do processo de incubação, podendo sofrer alterações no decorrer do processo.

O plano de incubação não deve ser aplicado de forma direta e interrogativa, pois a *prática* desta forma de aplicação mostra que as respostas são irrealis, dificultando o plano de trabalho dos empreendimentos, haja vista que este é o primeiro contato com o grupo na sua referenciada realidade e dará origem a uma

construção metodológica e que deve ser incentivadora à participação e ao empoderamento das pessoas e permeado por uma base política estimuladora de transformações sociais.

Salientamos também que nem todas as incubadoras realizam um diagnóstico formal e escrito, muitas universidades fazem este levantamento através de algumas reuniões entre os trabalhadores associados e a equipe da incubadora, sendo que ao final dos encontros são emitidos pareceres com as demandas iniciais destes empreendimentos.

A etapa de **incubação** inicia-se a partir do plano de incubação – aprovado conjuntamente pela Equipe e pelos trabalhadores associados. Nesse momento são estabelecidas rotinas de assessoria conjuntas com o coletivo do empreendimento e o corpo técnico, em que a troca de saberes é o fator “chave” para a estrutura da capacitação gerencial oferecida aos empreendimentos com a proposta de alcançar a sustentabilidade da atividade produtiva. Para Reis *et al.* (2010, p. 31):

A ação do incubador pode reduzir substancialmente os problemas com formação técnica, gerencial e sociopolítica, acesso ao crédito, tecnologias e métodos de gestão, dentre outros. Por outro lado, tal atividade, se não for executada de forma adequada, pode interferir negativamente na autonomia e na sustentabilidade das iniciativas de economia solidária, tanto no surgimento como na sua perenidade. É importante, portanto, a análise em torno das tecnologias sociais que têm sido utilizadas nos processos de incubação, bem como os resultados alcançados pelos empreendimentos em relação, principalmente, aos aspectos de autogestão, cooperação e coesão social, além das questões tradicionais como eficiência econômica, dentre outras.

Nesta etapa acontecem as formações mais específicas, de acordo com o levantamento feito na etapa anterior, da pré-incubação. Estas formações proporcionam a correção, por parte dos técnicos das incubadoras, de alguns erros ou equívocos na parte produtiva e administrativa, procurando sempre buscar a relação de autogestão entre os membros, sem deixar de organizar a divisão do trabalho. São experiências muito ricas à medida que o aprendizado vai se consolidando no empreendimento. Também podemos perceber o empoderamento dos trabalhadores associados envolvidos no empreendimento. Este aprendizado ultrapassa os limites do empreendimento e em muitos casos passa a compor o cotidiano das famílias. Assim, gradativamente, transformam a relação destes trabalhadores associados com o mundo.

Além das formações, são propostas rotinas de reuniões e registros das

mesmas como forma de construir uma memória deste empreendimento, bem como o registro permite a minimização dos conflitos internos, pois é uma obrigação dos sócios do negócio participarem das reuniões e assembleias e tomarem as suas decisões através do voto direto, que somente ocorre neste ambiente coletivo e democrático. Ao final de cada acompanhamento ocorre a elaboração de relatórios parciais como registro do trabalho da incubadora e avaliação mútua dos participantes, fato que pode demandar a alteração na proposta do plano de incubação para alcançarem os resultados finais desejados.

Concomitantemente, ocorrem reuniões⁴ da equipe técnica para avaliar os projetos assessorados e (re)planejar as ações junto a cada empreendimento envolvido com a incubadora. Neste momento são propostas as ações transdisciplinares, observando a necessidade de cada coletivo envolvido neste processo. Ainda nesta etapa emerge a necessidade de avaliar o tempo real de incubação, haja vista a rotatividade dos membros dos empreendimentos e também dos membros da incubadora, conforme já mencionados anteriormente. Quando findar estas atividades? São realmente 03 anos? Ou podemos trabalhar com mais tempo?

Acreditamos que a rigidez com o tempo de incubação é um fator negativo ao processo como um todo, pois, se levarmos em consideração todas as barreiras enfrentadas ao longo deste processo, o não preparo dos empreendimentos para enfrentar o mercado capitalista acaba por tornar o tempo de incubação um período difícil de ser determinado. Aqui devemos considerar que estas barreiras predeterminam tempos de aprendizados diferentes para diferentes empreendimentos, tornando a incubagem um processo parceiro e não pontual.

A metodologia adotada pelas incubadoras propõe uma interface muito forte com os trabalhos do pedagogo Paulo Freire, pois, embora existam algumas semelhanças formais com a discussão que acontece em outros tipos de encontros, as discussões que ocorrem nos grupos populares com função educativa possuem características peculiares. Primeiramente, seus objetivos são outros. Nos grupos comuns normalmente os objetivos estão ligados à tomada de decisão. Busca-se,

⁴ Esta forma de condução do processo de incubação fez parte da trajetória da autora na ITCP/CEFET-BA durante o acompanhamento dos empreendimentos solidários incubados naquele período. E dentre as muitas expectativas sobre a forma mais adequada de fomentar estes empreendimentos estava à questão do tempo necessário para que os empreendedores conseguissem, de fato, a autossustentação. Estes dados fizeram parte do trabalho monográfico na graduação em Administração no CEFET-BA em 2010.

então, o consenso, isto é, os pontos comuns que possam determinar conclusões e ações comuns para a melhoria da atividade produtiva.

A metodologia adotada pelas incubadoras propõe uma interface muito forte com os trabalhos do pedagogo Paulo Freire, pois, embora existam algumas semelhanças formais com a discussão que acontece em outros tipos de encontros, as discussões que ocorrem nos grupos solidários com função educativa possuem características peculiares da educação popular. Primeiramente, seus objetivos são outros, nos grupos comuns, normalmente, os objetivos estão ligados ao processo produtivo e à tomada de decisão deste processo. Logo, a busca pelo consenso e a conscientização da maioria é que determina as estratégias de ação para a produção, muitas vezes estas ações são equivocadas, resultando em prejuízo produtivo, fato que desencadeia uma série de conflitos desorganizando o trabalho coletivo.

É neste momento que a ação de incubação proporciona a alavancagem positiva a estas experiências, buscando alternativas de gerenciamento em conjunto com os empreendedores, minimizando os conflitos e melhorando os resultados finais da produção. É nestes momentos que a práxis formativa da equipe da incubadora necessita aliar os conhecimentos produzidos pelas universidades e o legado da educação popular.

Como nos demais processos autogestionários de produção, a formação tem como perspectiva o trabalho e a criação, no qual homens e mulheres têm o controle sobre todo o processo (produção, administração, beneficiamento, distribuição, troca e consumo consciente dos frutos do seu trabalho). Ao invés da acumulação privada do capital, a finalidade da atividade econômica é o próprio ser humano; neste sentido, como nos demais processos de trabalho que têm a autogestão como base, os processos educativos fundamentam-se no exercício prático da democracia, contribuindo para que todos os envolvidos, reconhecidos como sujeitos de conhecimento tácito, possam resgatar os sentidos do trabalho, construindo sua autonomia como atores econômicos, construtores de história e de cultura (FEBS, 2007).

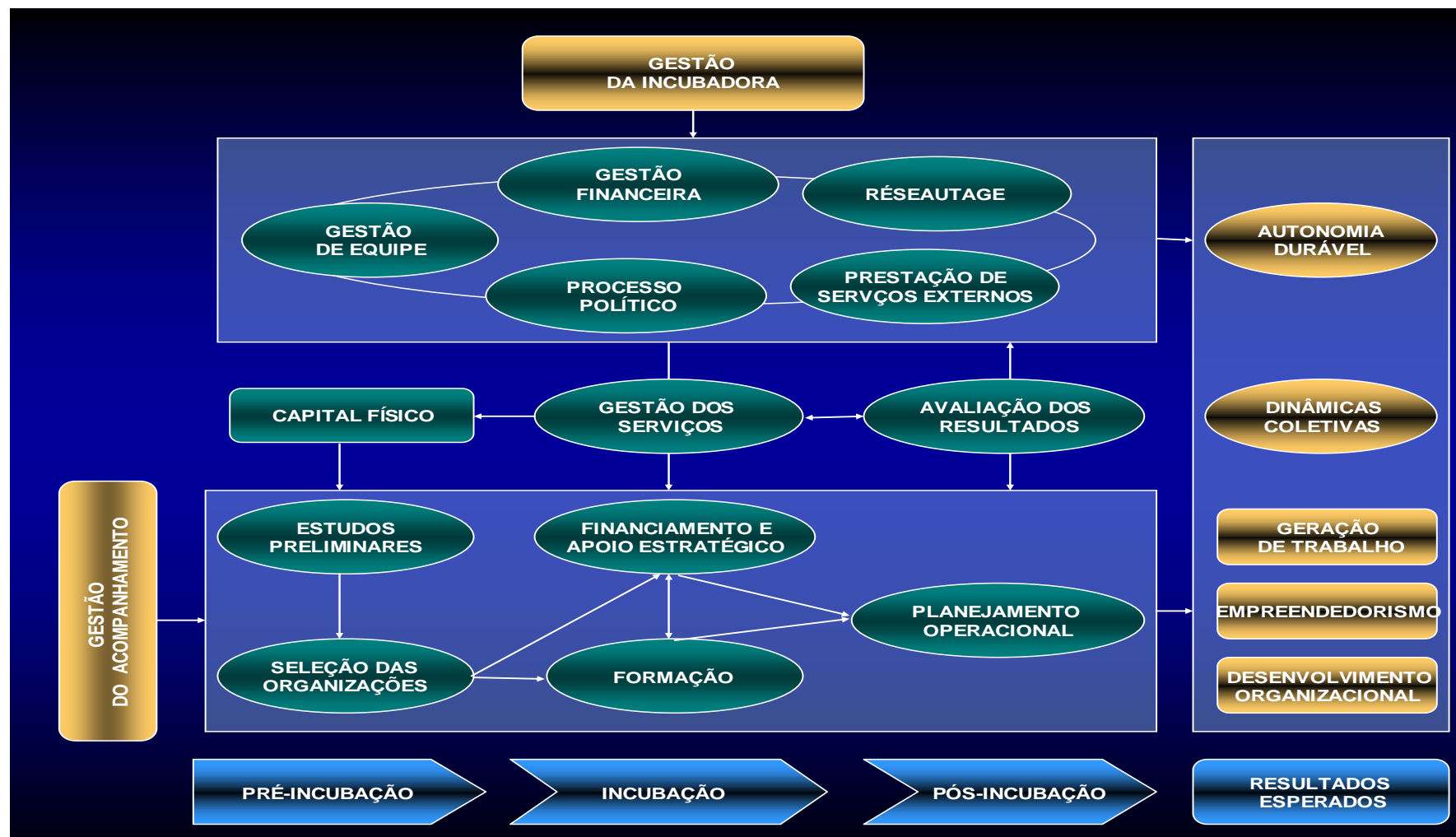
Na fase de **desincubação** a incubadora vai procurar se desligar gradativamente dos empreendimentos e se realizam atividades periódicas (aproximadamente seis meses, podendo variar para mais ou para menos tempo) de acompanhamento e avaliação dos resultados do processo de incubação, sempre observando os aspectos referentes à autogestão, regularidade das assembleias,

manutenção da memória do empreendimento, além das rotinas administrativas e contábeis, corrigindo qualquer equívoco.

Diante do processo de incubação trazemos, abaixo, a figura 3⁵, que procura ilustrar o processo de incubação por duas óticas: a primeira, os aspectos que tangem à incubação propriamente dita, nos termos que já tratamos neste capítulo, e a segunda é a gestão da própria incubadora. Estas duas vertentes também procuram se relacionar com a gestão do mercado, pois muitos dos resultados esperados estão no escoamento dos produtos/serviços da economia solidária, um dado importante que mais tarde foi bastante observado no Atlas da Economia Solidária de 2005.

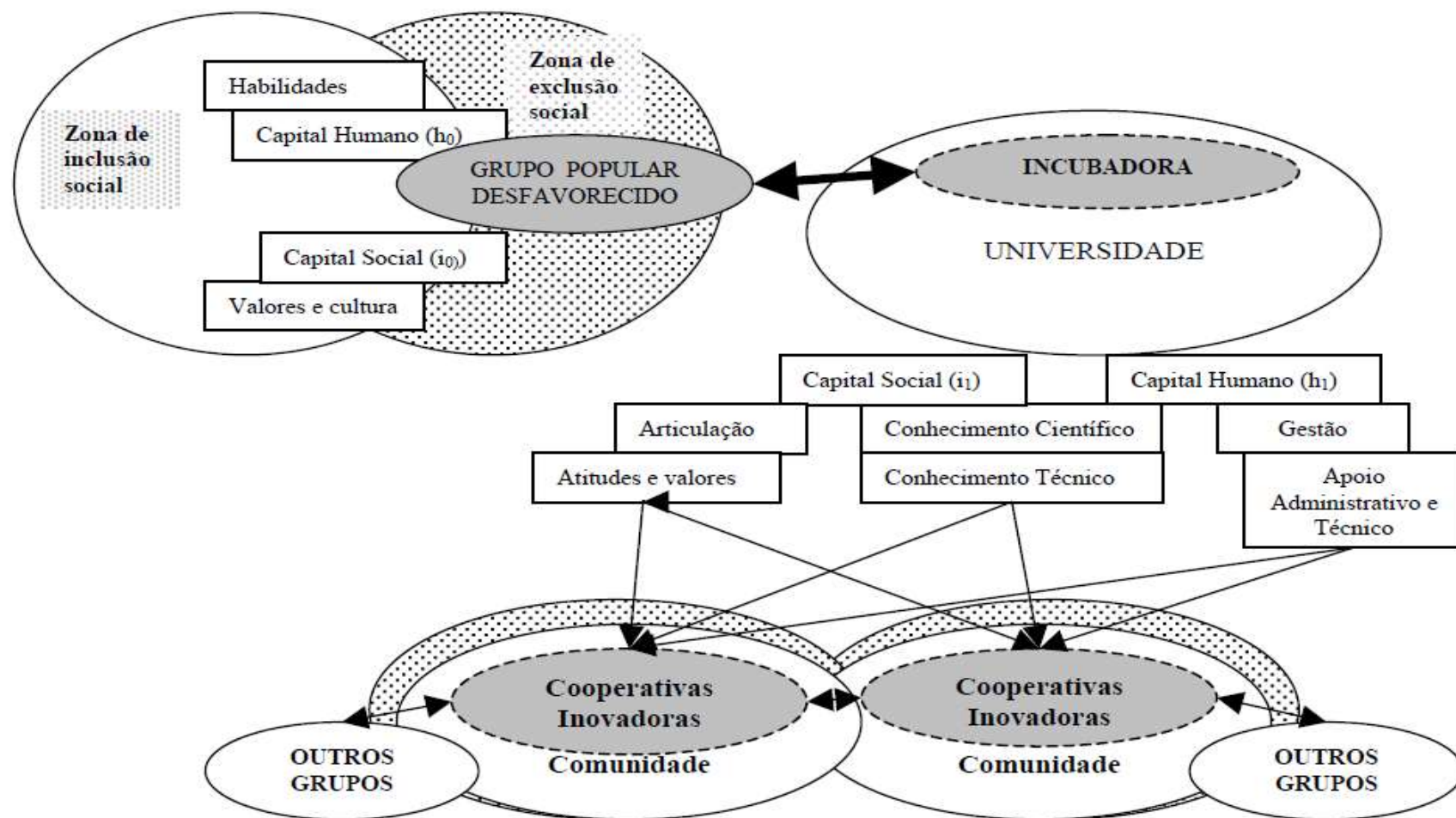
⁵ A referida figura foi desenvolvida por membros da equipe da INCUBACOOOP/UFRPE e publicada em 2004.

Figura 3 - Principais ações de incubação



Fonte: MCINTYRE; BERGONSI; FORTIN (2004).

Figura 4 - Processo desenvolvido pela INCUBACOO



Fonte: SOARES; DIAS; SILVA (2002).

A Figura 4 nos mostra, por um ângulo mais ampliado, todo o processo de incubação e a sua relação com a extensão universitária e as comunidades. As ações de uma incubadora não se limitam apenas à capacitação para a formação do empreendimento, observando os princípios da autogestão, mas também trabalha para elevar a consciência crítica do cidadão sobre a sociedade e suas relações, sendo um processo pedagógico cujos eixos principais são a educação, o trabalho associado (SOARES; DIAS; SILVA 2002, p. 5).

Cada incubadora estrutura a sua forma de organizar os cursos para os grupos que, de modo geral, não são muito diferentes umas das outras, sendo imprescindível a percepção dos diferentes níveis de formação dos grupos. A exemplo da INCUBACOOOP/UFREPE pode ser estabelecida a interdisciplinaridade das etapas, salientando três aspectos: a formação sociopolítica (situar a profissionalização dentro de um contexto histórico); a formação cultural (capacitação em organização, sensibilização à economia solidária, cultura de cooperação e da solidariedade). Neste ponto faz-se necessária uma ressalva: o “ABC” da Economia solidária jamais deve deixar de ser revisto, pois esta é uma cultura nova e, portanto, fácil de dissipar, prejudicando, assim, a identidade do empreendimento solidário, isso sem levar em consideração a alta rotatividade dos membros, a formação técnica profissional (conhecimentos científicos, técnicos, habilidades etc.).

A incubação é uma ação vivencial, pois ensinar exige curiosidade e não autoridade ou paternalismo, que são processos que inibem e impedem o exercício da curiosidade dos trabalhadores associados. Através de dinâmicas estruturadas, do ciclo de aprendizagem, do enfoque participativo para o trabalho com os grupos, por motivo de desmistificar a forma convencional de aprendizagem em sala de aula e se inserir em um contexto de troca de saberes, é conveniente que a linguagem utilizada seja a mais próxima do vocabulário dos participantes do processo de incubação, permitindo, assim, o empoderamento do conhecimento dos trabalhadores associados. Trata-se de um processo de capacitação e aprendizagem sistematizado, contínuo e acumulativo, entendido como uma trajetória a ser percorrida com liberdade, transparência, respeito e responsabilidade, em que os atores envolvidos vencem etapas na busca dos objetivos traçados.

Para serem exitosas essas iniciativas necessitam trilhar um caminho ainda muito longo até a sua autonomia sustentável. Esses desafios variam desde a quebra dos paradigmas das “predatórias” relações de trabalho do mundo capitalista até a

dificuldade de manter o processo produtivo e o escoamento da produção, pois tudo começa da associação de pessoas, na maioria das vezes unidas pelo desemprego e não pela oportunidade de união de forças produtivas. Seguindo os ensinamentos de Freire (2005, p. 29), concluímos que os empreendimentos seguem a seguinte lógica: somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor.

Os processos educativos têm como lastro e, ao mesmo tempo, expectativas, os valores e práticas da Economia Solidária – economia esta que existe não apenas como projeto de novas relações econômicas e sociais, mas também como realidade construída e reconstruída, cotidianamente, pelos sujeitos que a compõem – inspirados na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de reprodução ampliada da vida. O ponto de partida dos processos formativos é a *práxis* solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo, orienta-se na horizontalidade das relações entre as pessoas.

A construção desta proposta de aprendizagem, empreendimento e Incubadoras deve aliar teoria e prática, pois a utilização de apenas uma dessas ferramentas não é efetiva diante da dificuldade dos atores envolvidos no processo, daí surge à necessidade de criar metodologias distintas para a capacitação.

Nesta empreitada da incubação é indispensável o reconhecimento do trabalho do corpo técnico das incubadoras. Durante a execução de suas tarefas o corpo técnico deve auxiliar os trabalhadores associados da economia solidária a se estabelecerem em termos de autogestão e de viabilidade econômica, assim como apoiá-los na sua inserção em redes, tanto produtiva quanto políticas, sendo que cada aspecto deste representa uma etapa do processo de incubação.

Os técnicos desempenham um papel importante neste processo dialético do conhecimento na educação com os trabalhadores associados, pois ora eles produzem o conhecimento e ora eles se apoderam do mesmo, através dos saberes tácitos destes trabalhadores, que é importante para a transformação do contexto social, político e produtivo de uma localidade.

Sem dicotomizar, essas relações completam o ciclo do conhecimento. Para Freire (2004, p. 84-86), “o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente ‘lido’, interpretado, ‘escrito’ e ‘reescrito’”. A difícil tarefa do corpo técnico em construir

o conhecimento, através de um caráter formador, numa linguagem acessível a estas comunidades eminentemente populares perpassa pelo conceito de “conscientização” de Paulo Freire, que é o termo chave da sua pedagogia, pois encerram todos os conceitos base dessa concepção. Segundo ele:

A conscientização implica superar a esfera de apreensão espontânea do mundo, para alcançar uma esfera crítica na qual a realidade se torna um objeto passível de conhecimento e na qual o homem assume uma posição epistemológica [...] a conscientização é um compromisso histórico [...] não pode existir fora da *práxis*, ou seja, sem o ato ação-reflexão. Essa unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser e de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1980, p. 15-16).

A Educação Popular constitui-se num múltiplo espaço político-pedagógico, em permanente construção, em que se destacam várias experiências que são realizadas em prol da sobrevivência diária e do desenvolvimento local e sustentável. Ela é também um fio que se tece por diferentes mãos e ganha diferentes formas que podem ser, inclusive, comparadas a uma rede de pesca, já que ao ser tecida poderá ganhar diferentes dimensões. Com o auxílio de diversas metodologias apropriadas à necessidade de cada um é que exercitamos o empoderamento do coletivo para a autogestão nos EES.

Com o passar dos anos o processo de incubação cresceu e ganhou outros aportes de recursos financeiros e tecnológicos nas diferentes esferas dos governos e, com isso, sofreu categorizações quanto os empreendimentos atendidos. Para tanto, o programa estadual de incubadoras de empreendimentos de economia solidária as modalidades de incubadora podem ser: incubadoras universitárias, temáticas, territoriais e públicas.

As incubadoras universitárias são aquelas que seguem o modelo de extensão universitária e apoio aos empreendimentos da economia solidária, bastante discutido neste capítulo. As incubadoras temáticas são destinadas ao atendimento dos empreendimentos que têm linhas exclusivas de consumo, comercialização, redes de colaboração. Segundo Reis *et al.* (2009, p. 34):

A proposta das incubadoras temáticas surgiu a partir de um trabalho realizado em parceria da SETRE/SESOL com duas instituições do Estado durante o ano de 2007 – a Bahia Pesca, empresa vinculada à Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (Seagri) e o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, autarquia vinculada à SETRE.

As incubadoras territoriais são aquelas ações de apoio aos empreendimentos ligados aos Territórios de Identidades buscando desenvolver coletivos que trabalham em redes solidárias e cadeias produtivas. Segundo a CET – Coordenação dos Territórios de Identidade da Bahia (2013), os Territórios de Identidade são:

[...] espaços físicos, geralmente contínuos, caracterizado por elementos sociais, econômicos, ambientais e políticos que definem um importante grau de coesão entre os que vivem e trabalham nesse espaço, favorece uma visão integradora dos atores sociais, dos mercados e das políticas públicas e, por consequência, uma valorização dos recursos e dos potenciais das populações locais nos processos de desenvolvimento. Bem como busca estabelecer articulações entre o governo e sociedade, visando à promoção do desenvolvimento sustentável e a equidade no acesso a oportunidades sociais e econômicas e a cidadania (CET, 2013).

A incubadora central do Estado da Bahia é o modelo de incubadora ampliada que assume uma abrangência de atuação em todo o Estado da Bahia. Ela é gerida diretamente pelo aparelho do Estado, através da SESOL/SETRE, e atende a duas modalidades no apoio ao desenvolvimento da economia solidária, que são: a implantação, acompanhamento e monitoramento das ações das incubadoras instaladas, sejam elas universitárias, temáticas ou territoriais, e a incubação de redes solidárias (REIS *et al*, 2009). Sendo esta incubadora, conforme já mencionamos, o objeto da nossa pesquisa.

CAPÍTULO 3 – A INCUBADORA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Diante das discussões travadas nos capítulos anteriores, não podemos deixar de lado as questões sobre a viabilidade econômica e a sustentabilidade dos empreendimentos solidários, assim como os seus incentivos através de políticas públicas. Pois o sentido dessas inquietações reflete a busca por soluções, também observadas em outros momentos da história do capitalismo no mundo, capazes de atuar na diminuição da desigualdade tão conhecida pelos participantes desta outra economia. Neste capítulo procuramos tratar da Política Pública de Economia Solidária na Bahia, através da Incubadora Pública e suas ações na busca da emancipação dos trabalhadores participantes da economia solidária.

3.1 POLÍTICA PÚBLICA: ALGUMAS DEFINIÇÕES

Segundo Di Giovanni (2008, p. 2), políticas públicas “são intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações problemáticas, que sejam socialmente relevantes”. Para Souza (2006, p. 25), as “definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos”. Seguindo este raciocínio, podemos compreender as políticas públicas como sendo uma ação de interesse público, mas com uma visão holística sobre determinados temas ou assuntos, lembrando, ainda, que “o todo é maior que a soma das partes” (SOUZA, 2006, p. 26).

Para Frey (2000), a política pública no Brasil é analisada de forma muito recente, sendo enfatizadas apenas as características da estrutura ou da negociação das políticas setoriais específicas. Segundo ele, à *'policy analysis'* nos países em desenvolvimento como o Brasil, é preciso levar em consideração o fato de que o instrumento de análise (deficitário) foi elaborado nos países industrializados e, portanto, é aplicado a estas realidades ajustado às particularidades das democracias (FREY, 2000, p. 215). Este conjunto de conceitos e práticas da ação planejada do poder público na intervenção econômica e social faz parte da nossa sociedade e com ela, a política, surge o papel de novos atores sociais com participação mais ativa nas questões políticas, econômicas e sociais.

A política pública (DI GIOVANNI, 2009), a depender da concretização histórica

de alguns requisitos para uma moderna democracia, que inclui uma capacidade mínima de planificação consolidada nos aparelhos de Estado, seja do ponto de vista técnico de gestão, seja do ponto de vista político, pressupõe ainda certa estruturação republicana de coexistência e independência de poderes e vigência de direitos de cidadania e, por último, alguma capacidade coletiva de formulação de agências ou de exercício pleno da cidadania e uma cultura política compatível.

Neste universo não podemos deixar de lado os atores que fomentam e viabilizam estas ações de interesse público, seus desejos, anseios e necessidades (político partidário) e que também interferem na formulação das agendas prioritárias do Governo. Logo, Souza *apud* Simon (1957) afirma que a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse etc. Mas são estruturas que podem ser redefinidas e reorientadas através de regras mais claras no sentido da participação mais ativa dos atores sociais e maximização dos resultados a serem alcançados, estabelecidas, segundo Eid (2004), em conjunto com os movimentos sociais e como conjunto da sociedade, fazendo parte de um planejamento estratégico onde esteja relacionado.

O estabelecimento da política pública de fomento à economia solidária paulatinamente busca a construção de um Estado participativo no qual os cidadãos organizados participam como atores sociais na definição de novas políticas e instituições e do exercício do protagonismo social nos espaços de discussão, como os Fóruns de Economia Solidária, nas associações de bairro, nos espaços das redes produtivas.

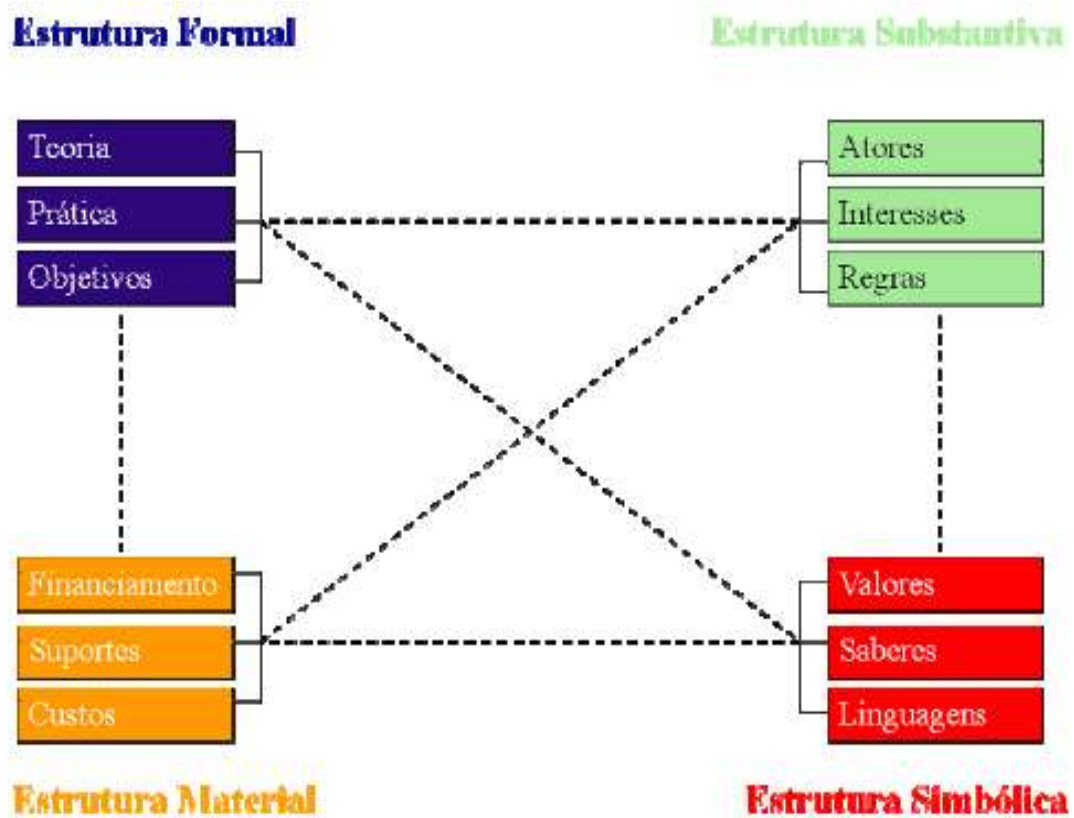
Pois estas políticas buscam, quase sempre, reconhecer a existência dos direitos desses sujeitos e suas novas formas de produção, reprodução e distribuição social de renda, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. Por muitas vezes o reconhecimento destes direitos sociais é resultado de fortes embates entre os diversos atores sociais envolvidos no processo e, como forma de conciliação social, há, então, o reconhecimento destes direitos, mas ainda é uma parcela muito pequena da nossa sociedade que resolveu participar desta forma de geração de trabalho e renda.

Segundo Frey (2004, p. 219), “O exame da vida de certas políticas setoriais, sobretudo as de caráter mais dinâmico e polêmico, não deixa dúvidas referentes à

interdependência entre os processos e os resultados das políticas”. Nesse sentido, podemos citar como exemplo as políticas de economia solidária.

Diante do exposto, o presente trabalho procura realizar uma análise sobre a ótica do diagrama de Estruturas Elementares das Políticas Públicas. Segundo o autor, toda política pública se baseia em quatro diferentes ângulos de observação através de mútuas interferências: estrutura formal, composta pelos elementos: “teoria”, práticas e resultados; estrutura substantiva, composta pelos elementos: atores, interesses e regras; estrutura material, composta pelos elementos: financiamento, suporte e custo; estruturas simbólicas, composta pelos elementos: valores, saberes e linguagens. Conforme figura abaixo:

Figura 5 - Diagrama de análise de políticas públicas



Fonte: Di Giovanni, 2009.

Para Di Giovanni (2009, p. 21), a estrutura formal “capta, de modo imediato, os aspectos e elementos exteriores da intervenção pública, na medida em que estabelece as relações indissociáveis entre uma ‘teoria’, um conjunto de práticas e um conjunto de resultados”. Sendo as políticas públicas atividades sociais, elas se

concretizam por meio de ações sociais, caracterizadas por um mínimo de padronização e institucionalização. Assim, a estrutura substantiva analisa os agentes sociais, os atores e no que se pautam suas ações, os interesses e o conjunto de regras que as orientam (DI GIOVANNI, 2009).

A estrutura substantiva refere-se aos aspectos sociais e políticos de uma política, a estrutura material refere-se – em sentido amplo – aos aspectos econômicos. “Os elementos que compõem a estrutura material dizem respeito à sua exequibilidade e sustentação material: financiamento, custos e suportes”. Os elementos da estrutura simbólica são, sobretudo, a expressão cultural da atividade social em estudo, porém

São também reveladores – do ponto de vista analítico – dos graus de particularismo/universalismo e isolamento/integração das arenas políticas, bem como dos níveis de racionalização e tecnificação; tradicionalismos e interferências ideológicas que ocorrem nessas mesmas arenas (DI GIOVANNI, 2009, p. 29).

Em *As estruturas elementares das políticas públicas*, Di Giovanni (2009) apresenta uma proposta de modo a entender e conceituar as políticas públicas, que, segundo ele, são uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, pois depende de alguns requisitos históricos e representa mais do que uma intervenção do Estado, uma interação em que se definem as situações sociais consideradas problemáticas e formas, conteúdos, meios, sentidos e modalidades de intervenção estatal. Como forma de iniciarmos a referida análise, passemos a conhecer a estrutura da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e toda a sua estrutura interna para atendimento das demandas da economia solidária na Bahia.

3.2 A ESTRUTURA DA SETRE

Segundo o Decreto Nº 10.454, a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, criada pela Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966, modificada pelas Leis nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, nº 9.424, de 27 de janeiro de 2005, e alterada a sua denominação e estrutura organizacional pela Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, tem por finalidade planejar e executar as políticas de emprego e renda e de apoio à formação do trabalhador, de economia solidária e de fomento ao

esporte (BAHIA, 2006).

Segundo o seu regimento interno, Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, a ela compete: formular, coordenar e executar políticas públicas de promoção do trabalhador, tais como formação profissional, orientação, visando à organização dos trabalhadores, identificação de oportunidade de trabalho e emprego, inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho, inclusive em articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras. Além da promoção do trabalho associado, nos moldes da economia solidária, enquanto campo de ação governamental promove uma reflexão sobre seus principais desafios estruturais e políticos mediante o programa *Bahia Solidária: mais trabalho e renda*, fomentado pela SESOL.

3.2.1 A Superintendência de Economia Solidária – SESOL

Como já mencionamos, os empreendimentos solidários enfrentam algumas dificuldades de ordem gerencial e de organização estrutural, tais como o acesso ao crédito, a forma autogestionária como se organiza, valorização exacerbada dos altos lucros e retornos imediatos, a não compreensão da sustentabilidade ambiental, dentre outras.

No ano de 2007, com a eleição do então governador Jaques Wagner, que, por sua vez, já havia sido ministro do Trabalho e Emprego durante a implantação da SENAES, se procurou implantar uma superintendência de economia solidária – SESOL na estrutura da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte no governo do Estado. Foi uma experiência bastante nova e desafiadora, considerando um Estado com 417 municípios, demandando um longo período de busca e coleta de dados, objetivando atender os EES existentes e fomentar novas iniciativas, inclusive a atuação em redes solidárias. Para tanto,

A criação da SESOL representa mais uma frente de luta pela economia solidária, que tem por princípio a construção democrática das suas estratégias e ações. Essa forma de organização coletiva, a economia solidária, por seu caráter eminentemente popular, está na contramão da cultura instituída há décadas no poder público e de todo o arcabouço estrutural e legal que se mostram, muitas vezes, inadequados para entender e atender às camadas mais pobres da sociedade. Equipado de amplo e eficiente arsenal para operar e reproduzir o modo de produção capitalista,

a inadequação da legislação nos impõe barreiras de variadas ordens e nos desafia a galgar conquistas que permitam, por exemplo, adquirir produtos e serviços dos empreendimentos solidários através das compras governamentais (MEIRA; OLIVA; REIS, 2009, p. 16).

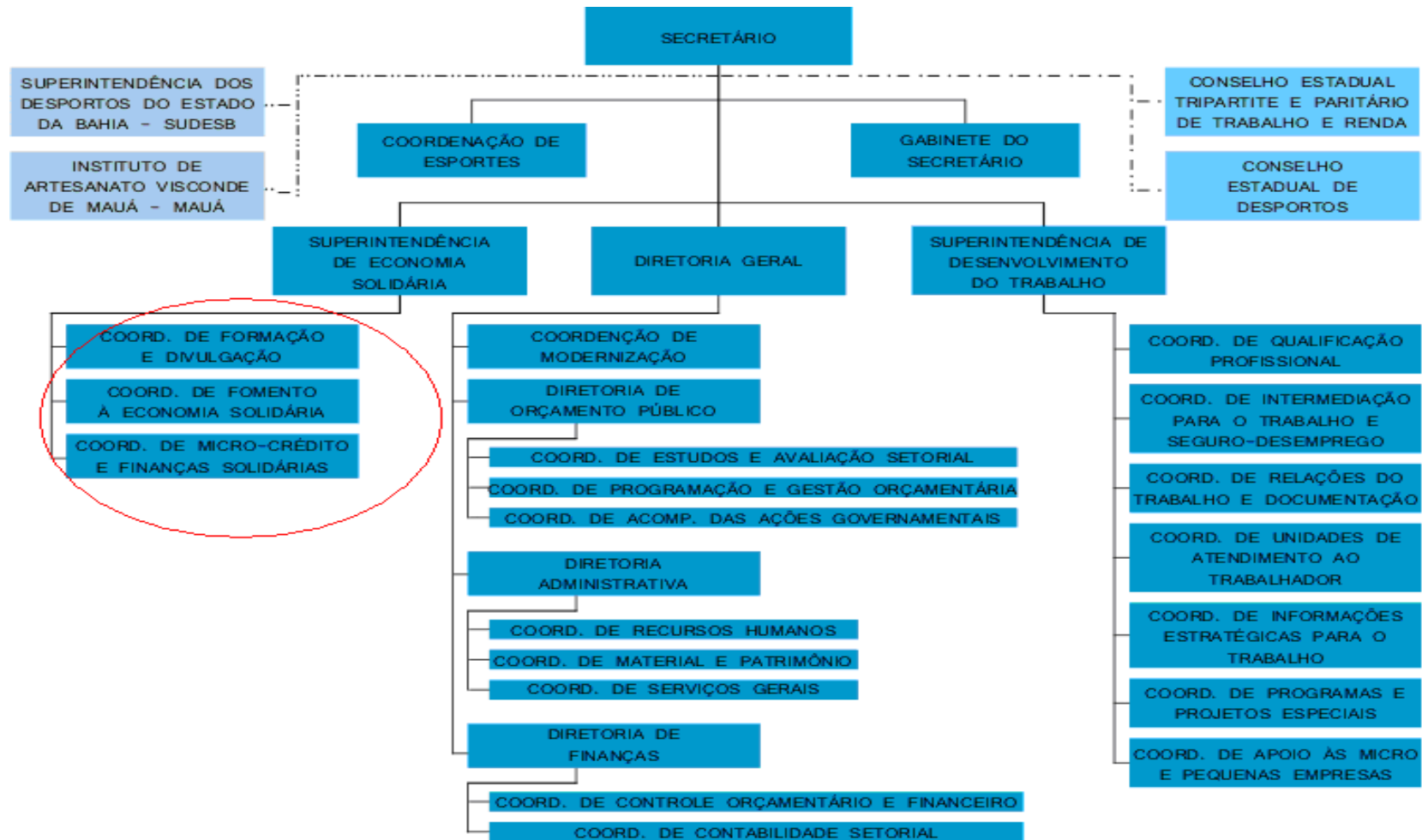
A Superintendência de Economia Solidária – SESOL é responsável por fomentar a política pública de economia solidária na Bahia. A ela compete: promover ações que orientem a intervenção do Estado para o desenvolvimento, direcionando-as para a criação de condições mais justas de produção e distribuição de riquezas com valorização das especificidades dos territórios; consolidar a economia solidária como uma estratégia viável de desenvolvimento; estimular as relações sociais de produção e consumo, baseadas na cooperação, na solidariedade, na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente; planejar, executar, acompanhar, avaliar e subsidiar as ações e os programas relacionados à economia solidária e microfinanças, dentre outras atribuições afins (BAHIA, 2006).

Como forma de amparar as ações de fomento à economia solidária, a SESOL criou o *programa Bahia Solidária: mais trabalho e renda*, com o qual a superintendência busca desenvolver e fortalecer as ações de economia solidária através de políticas públicas integradas, na geração de mais postos de trabalho associado, inclusão social e desenvolvimento justo e solidário. Segundo a equipe técnica:

Este programa implementa-se através de ações de fomento como geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária; implementação de centros públicos; apoio a cooperativas e associações atuantes com resíduos sólidos; apoio a trabalhadores organizados em empresas recuperadas. Apoio ao microcrédito e finanças solidárias através de linhas especiais de crédito para os empreendedores da economia solidária e, por fim, ações de estudos e divulgação que atua na implantação e funcionamento de incubadoras públicas de economia solidária; promoção de ações de geração de renda para a população carente; realização de eventos sobre economia solidária; atualização do sistema estadual de informações em economia solidária e marco legal referencial da política estadual de fomento à economia solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual da Economia Solidária (MEIRA; OLIVA; REIS, 2009, p. 19).

A SESOL encontra-se dividida em três coordenações, são elas: a Coordenação de Fomento a Economia solidária (COFES), responsável, principalmente, pela implantação e funcionamento dos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL); Coordenação de Microcrédito e Finanças Solidárias (CONFIS); e Coordenação de Formação e Divulgação (COFD), responsável pelo

programa Estadual de Incubadoras e Incubadoras Públicas. Conforme organograma abaixo:

Figura 6 - Organograma da SETRE⁶

⁶ Disponível em: <<http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/institucional/setre/organograma-dirigentes>>. Acesso em: 03 jul. 2013.

3.2.2 O Centro Público Estadual de Economia Solidária – CESOL

Seguindo o modelo nacional, após a criação da SENAES a Bahia reivindicou, através do Fórum Baiano de Economia Solidária, uma política pública de economia solidária. Esta, por sua vez, veio através de uma carta que demandava, entre outros, o marco legal e a criação de um Centro Público de Economia Solidária – CESOL, seguindo o modelo de Osasco-SP, como forma de atender às demandas dos empreendimentos através de uma base de serviços específicos.

Quanto à dimensão prática desta ordem política, em outubro de 2008 foi implantado o primeiro Centro Público Estadual no Estado da Bahia, o CESOL (vide ANEXO I). Os CESOLs são espaços de apoio e prestação de serviços voltados aos empreendimentos associativos solidários, fomentando e apoiando os empreendimentos e as iniciativas para a geração de trabalho e renda, bem como a interação com a comunidade na qual estas experiências estão inseridas, numa convergência de forças para o desenvolvimento local sustentável (MTE, 2005). Estes espaços propiciam, também, a articulação de diferentes políticas públicas de fomento à economia solidária.

A proposta destes Centros é constituírem-se como espaços de múltiplos serviços, proporcionando consultorias públicas, pontuais, com o objetivo de desenvolver e fomentar a economia solidária, e contribuindo para emancipação, empoderamento e a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos e solidários. Além disto, o CESOL disponibiliza espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores dos empreendimentos solidários; espaço pedagógico de comercialização e divulgação da produção destes empreendimentos; serviço de inclusão e formação digital realizada através do Centro Digital de Cidadania – CDC; microcrédito; e um espaço também para articulações com atores do poder público – uma busca da transversalidade da política de assistência social integrada à geração de trabalho e renda – e da sociedade civil organizada em associações, cooperativa ou mesmo grupos informais⁷.

É no CESOL que está situada a Loja Solidária (Figura 6), um espaço de aprendizado prático para empreendimentos solidários, pois é neste ambiente que

⁷ Estas informações advêm da experiência da autora como funcionária do CESOL.

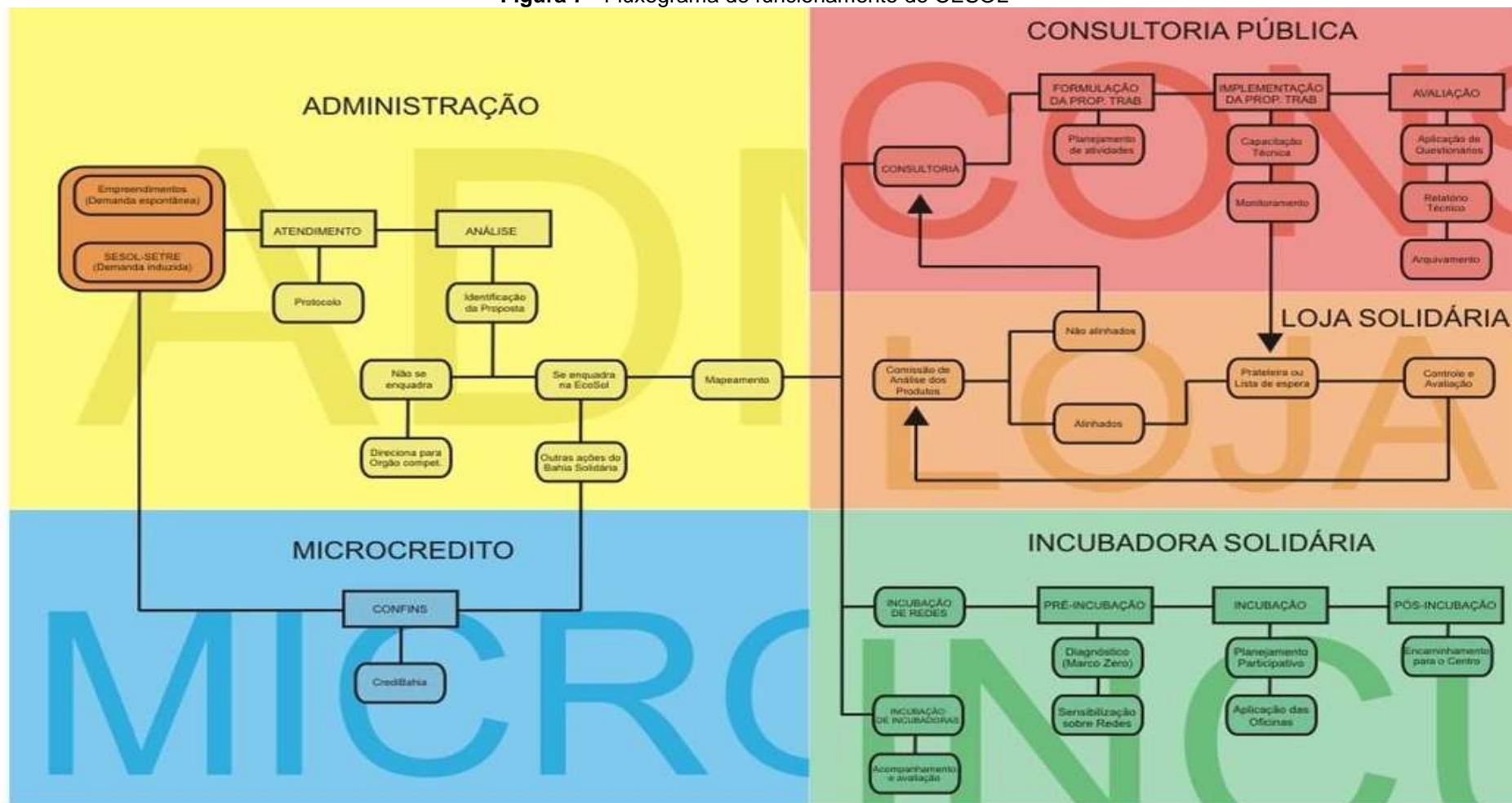
são propostas ações e práticas de comercialização aos grupos produtivos. Neste local são expostos os produtos produzidos pelos empreendimentos, onde os participantes se revezam entre plantões e comissões para atividade de comercialização e a utilização de outros serviços disponíveis no CESOL, inclusive a Incubadora Pública. Segundo a equipe do CESOL:

[...] são ações que atendem a grandes necessidades e demandas dos empreendimentos econômicos solidários, tais como: espaço de comercialização, de acesso ao crédito, de assistência técnica, de formação técnica, gerencial e sociopolítica, entre outros. No entanto, é importante frisar que os mesmos não respondem por todas as demandas da totalidade de empreendimentos de economia solidária da Bahia, mas são partes fundamentais de uma política pública estadual de caráter estruturante para o setor, permitindo maior participação da sociedade civil no processo de formulação desta política pública estadual e controle social sobre a mesma (REIS, *et al.*, 2009, p. 39).

Através desta estrutura de atendimento aos empreendimentos do CESOL a incubadora pública dispõe também de apoio ao microcrédito e às finanças solidárias, com metodologias específicas no Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia – DESENBAHIA.

O CESOL integra o conjunto de ações previstas no Programa Bahia Solidária, com apoio financeiro do Fundo de Combate à Pobreza (FUNCEP) da ordem de R\$ 844 mil em 2008, R\$ 600 mil em 2009, R\$ 300 mil em 2010 e R\$ 450 mil em 2011, satisfazendo uma das principais demandas dos atores sociais do movimento de Economia Solidária ao governo do Estado da Bahia (MEIRA; OLIVA; REIS, 2009). Vejamos o fluxograma abaixo:

Figura 7 - Fluxograma de funcionamento do CESOL



Fonte: Conceição et al. (200

3.2.3 A Incubadora Pública

A Incubadora Pública da SESOL está situada na CODF e tem também à sua disposição a estrutura física do CESOL (conforme Figura 6). Esta proposta de Incubadora está ligada ao Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária, procurando o desenvolvimento desta outra economia como estratégia de desenvolvimento territorial, através da criação e apoio de outras incubadoras no Estado que atuem na promoção da sustentabilidade dos empreendimentos (REIS, *et al.*, 2009, p. 30).

Esta Incubadora guarda muitas semelhanças com o processo de incubação por tratar parte das suas ações de trabalho como a educação popular, valorizando a cooperação e a autogestão, buscando estratégias e metodologias que auxiliem os trabalhadores na busca pela sustentabilidade econômica, política e social.

Inicialmente, o projeto teve como objetivo melhorar as condições dos empreendimentos por meio da construção e aplicação de tecnologia em gestão, produção e desenvolvimento de ações sociais e políticas com os coletivos solidários, fato que se assemelha ao processo de incubação proposto pelas incubadoras universitárias, e destina-se, portanto, a trabalhadores e trabalhadoras que atuam na economia solidária, tais como grupos produtivos, associações, cooperativas, entre outros.

Esta forma de organização representa a estrutura formal, pois propõe uma estrutura planejada e executada pelo Governo do Estado, através da SETRE/SESOL e seu corpo técnico, bem como toda a estrutura anteriormente mencionada. Sendo assim, as práticas da proposta da Incubadora, por sua vez, revelam a natureza prática da política; em outras palavras, quais e quantas medidas e ferramentas foram selecionadas vis-à-vis para a implementação da mesma (DI GIOVANNI, 2009).

Podemos dizer que a estrutura material está relacionada aos aspectos econômicos no sentido mais amplo, ou seja, de um lado pensar a intervenção da política pública na economia e, de outro lado, podemos observar as relações entre o Estado, mercado e as estratégias de inserção dos trabalhadores da economia solidária neste mesmo mercado através de uma outra proposta mais justa e solidária.

Na estrutura substantiva a Incubadora Pública também se propõe a fomentar

redes produtivas solidárias, a exemplo da ECOREDES/UFBA, uma rede de empreendimentos de diversas áreas, como microfinanças, associações, cooperativas e outras; e a rede de alimentação SABER E SABOR SOLIDÁRIOS, composta por empreendimentos do ramo de alimentação de Salvador-BA. Para a equipe técnica:

[...] alguns exemplos de redes merecem uma atenção maior, a exemplo da ECOREDES, incubada pela UFBA, que tem como característica principal o desenvolvimento comunitário através do fortalecimento de redes de empreendimentos solidários. Esta rede é composta por banco comunitário, associação, cooperativa, horta comunitária e centro de desenvolvimento, situada em três comunidades que se localizam em bairro periférico de Salvador, na região metropolitana, mais precisamente em Simões Filho e na Ilha de Vera Cruz, localidades espacialmente distantes do acesso a políticas públicas de melhorias para sua população. Desta forma, as potencialidades econômicas e culturais circulam dentro da própria comunidade proporcionando seu desenvolvimento local. [...] Já com relação à segunda linha de trabalho, a Incubadora Pública Estadual tem como função fomentar e incubar a constituição e funcionamento de redes, sendo a gestão interna de responsabilidade daqueles que fazem parte de cada rede, tendo em vista características como descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo. No âmbito da Incubadora Pública Estadual, o primeiro apoio à rede está sendo realizado através da incubação da rede de alimentação SABER E SABOR SOLIDÁRIO (SANTOS; MARTINS & SOUZA, 2010, p. 3).

Como parte das estratégias utilizadas para o processo de incubação das redes solidárias foram realizadas atividades como: reunião com os grupos selecionados para planejamento das ações, articulação de uma visita da Agência de Vigilância Sanitária ao espaço de comercialização da SETRE e do CESOL; articulação com o SENAC para ministrar Curso de Boas Práticas e Manipulação de Alimentos; oficina de formação de preço com instrutor contábil da Incubadora Estadual; oficina de microcrédito, com agentes do CREDIBAHIA⁸; oficina de planejamento e oficina de Publicidade com a publicitária da Coordenação de Formação e Divulgação da SESOL (SANTOS; TEIXEIRA, 2011, p. 8). Para tanto, conforme REIS *et al* (2009), a operacionalização desta incubadora é feita de forma direta pelo Estado e, para tanto, foi contratada uma equipe multidisciplinar formada por profissionais de contabilidade, administração, serviço social, pedagogia e de agentes de desenvolvimento de nível médio.

No quesito interesses relativos à estrutura substantiva, a Incubadora Pública

⁸ O CREDIBAHIA é o programa de microcrédito produtivo e orientado do Estado da Bahia e recebe o suporte financeiro da agência de fomento do Estado, a DESENBAHIA.

dispõe de recursos humanos de diversas áreas do conhecimento para realizar oficinas e orientações, além de promover eventos com o objetivo de fomentar e dar visibilidade ao movimento da economia solidária.

A Estrutura Material da incubadora pública, conforme já dissemos, é mantida pelo governo do Estado, o que inclui desde a estrutura física até a força de trabalho disponibilizada para o atendimento dos atores sociais, conforme mencionamos anteriormente. O apoio a essas iniciativas muitas vezes é realizado através de editais em parceria com outras secretarias do Estado, ou, ainda, editais do governo federal direcionados a estes organismos sociais, mas com execução através das secretarias do Estado. Segundo Meira, Oliva e Reis (2009, p. 50), “Os recursos destinados ao programa no exercício do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 giram em torno de R\$ 157,6 milhões e, desses, cerca de 43 milhões foram destinados à criação da SESOL”. Uma tentativa, ainda bastante incipiente, de transformar estas iniciativas em grupos produtivos sustentáveis.

Tabela 1 - Execução de Despesa Orçamentária SESOL-SETRE (2007-2010)⁹

	Inicial	Pós- Contingenciamento	Empenhado
2007	R\$ 215.000,00	-	R\$ 463.683,00
2008	R\$ 11.798.000,00	R\$ 6.488.568,00	R\$ 5.191.877,00
2009	R\$ 8.776.800,00	R\$ 3.674.258,00	R\$ 2.195.619,00

Fonte: SESOL/COFD (2010).

Os recursos que são disponibilizados em editais para esses empreendimentos estão atrelados à ação das incubadoras universitárias, prospectando, assim, ações como acompanhamento técnico e espaços para a comercialização. Esta ação foi de fundamental importância, pois a incubadora Pública, inicialmente, trabalhava com EES, através do Programa de Governo chamado *Bahia Solidária: mais trabalho e renda*. Diante deste contexto, conhecer os resultados de um programa semelhante contribuiu para a formatação e implementação desta política pública e qualifica as estruturas formal, substantiva e material da ação desta Incubadora (conforme Figura 5). Ainda segundo Reis *et al.*:

Foi feito também o levantamento de políticas públicas correlatas e articulação com outras secretarias estaduais da Bahia, tais como a Secretaria da Agricultura (SEAGRI), Secretaria de Ciência, Tecnologia e

⁹ A presente tabela trabalha com o ano de 2010, pois é o ano limite das nossas pesquisas.

inovação (SECTI) e Secretaria de Indústria e Comércio (SICM). Paralelamente, a equipe também buscou realizar o levantamento de municípios onde existissem máquinas e equipamentos já adquiridos pelo Estado, que poderiam ser reativados através do Programa (2009, p. 32).

Para operacionalização destas incubadoras foram feitas articulações entre entidades públicas e privadas. Neste contexto, foi assinado um Convênio entre a SETRE, FAPESB e SECTI, no montante total de R\$ 4 milhões, sendo R\$ 3,4 milhões da SETRE, R\$ 500 mil da FAPESB e R\$ 100 mil da SECTI. A estratégia de operacionalização envolveu a publicação do Edital de Apoio às Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários – 007/2008 (FAPESB/SECTI/SETRE).

Segundo o Edital de apoio às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários – 007/2008 (FAPESB/SECTI/SETRE), teve por objetivo financiar projetos que visavam à implantação ou o fortalecimento de Incubadoras Universitárias, Temáticas e Territoriais de EES no Estado da Bahia, na perspectiva da geração de trabalho e renda, além da sustentabilidade dos mesmos nos aspectos econômicos, sociais, políticos e de gestão. O edital propunha, ainda, modalidades de atuação:

MODALIDADE A – Incubadoras Universitárias – Deverá contemplar empreendimentos econômicos solidários valorizando a interação da comunidade com o meio acadêmico e instituições de pesquisa, através de uma equipe multidisciplinar composta por docentes, discentes e técnicos de diferentes áreas do conhecimento. **MODALIDADE B** – Incubadoras Temáticas – Deverá contemplar empreendimentos econômicos solidários que atuem no segmento produtivo específico de pesca, cujo público assistido é de pescadores e marisqueiras, priorizando as atividades desenvolvidas nas reservas extrativistas. **MODALIDADE C** – Incubadoras Territoriais – Deverá contemplar empreendimentos econômicos solidários de um determinado território. Os segmentos produtivos apoiados podem ser diversos, devendo, entretanto, se aproximar da vocação territorial com vistas a desenvolver a atividade econômica característica da região beneficiária (FAPESB, 2008, p. 1; REIS *et al.*, 2009, p. 35).

Esta incubadora situa-se no CESOL e também na COFD/SESOL/SETRE, no Município de Salvador, mas assume uma abrangência de atuação em todo o Estado da Bahia, e sua operacionalização é feita de forma direta pelo Estado. Porém ela assume prioritariamente dois focos de atuação: a implantação, acompanhamento e monitoramento das ações das incubadoras instaladas, sejam elas universitárias, temáticas ou territoriais, e a incubação de redes solidárias.

Para Reis *et al.* (2009, p. 31), “a incubadora é uma das ações do Programa Bahia Solidária, que, em sua estratégia de implementação, tem primado pela articulação entre as diversas entidades públicas e da sociedade civil, para que os

projetos tenham eficiência, eficácia e efetividade”. Neste contexto, há uma preocupação com a ação do incubador, pois, quando exercida de forma não adequada, pode interferir de modo negativo no caminhar das atividades cotidianas dos empreendimentos, e, para tanto, são promovidos cursos de formação também às equipes de outras incubadoras e assessorias de empreendimentos populares (REIS *et al.*, 2009).

Diante de tal, torna-se necessária uma comparação com a proposta de incubação das incubadoras universitárias, pois a ação da Incubadora Pública não alcança os empreendimentos de forma tão aprofundada, mas procura suprir esta necessidade através do fomento a outras incubadoras e assessorias da economia solidária contando com a transversalidade entre os órgãos da gestão do Governo do Estado e, assim, fomentando a constituição e funcionamento de redes solidárias, sendo a gestão do coletivo de responsabilidade daqueles que fazem parte dele; e a formação e fomento de empreendimentos pontuais e nas ações em feiras podem considerar a estrutura simbólica desta análise. Assim, Di Giovanni (2009, p. 28) salienta que “as *polycies* são realidades sociais orientadas por valores [...] por outro lado e ao mesmo tempo, são orientadas por conhecimentos racionais (saberes) desenvolvidos na prática de mais de meio século de intervenções do gênero.

Para a equipe técnica, o objetivo básico destas ações como incubador de incubadoras ou mesmo de redes solidárias é de formação em vários níveis; e de infraestrutura física e simbólica para remontar de maneira solidária as cadeias produtivas, integrando produtores de diversas etapas do processo produtivo, corrigindo fluxos de valores nos produtos típicos do mercado capitalista, evitando, por exemplo, a atuação dos “atravessadores”, gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos para satisfazer às demandas geradas pela própria rede, agregando valor à produção e estimulando o fortalecimento de cada empreendimento e da rede como um todo.

Segundo texto¹⁰ publicado pela equipe técnica, as formações propostas aos empreendimentos representam um trabalho coletivo, em que são respeitados os saberes tácitos individuais e coletivos na gestão dos empreendimentos, para, assim, consolidar a emancipação destes coletivos autogestionados.

¹⁰ REIS, T.; MARTINS, E.; MEIRA, L.; OLIVA, H.; OLIVEIRA, K.; MATOS, L. **O centro público e as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários no âmbito do Programa Bahia Solidária.**

Diante do grande desafio de propor Incubação como política pública e para um Estado com a dimensão da Bahia, foi organizado um comitê Propositivo como forma de tornar a proposta o mais democrática possível. Este Comitê contou com a participação das seguintes entidades: SESOL/SETRE, Rede de ITCPs, Fundação Banco do Brasil, Rede UNITRABALHO, Fórum Metropolitano de Cooperativas. Tal comitê se reuniu por diversas vezes a convite da SETRE/SESOL para discutir elementos conceituais, metodológicos e operacionais do Projeto (REIS, *et al.*, 2009, p. 32).

Pensando e corroborando a estrutura formal (conforme Figura 5) na implementação desta proposta, foi feita uma série de pesquisas sobre as políticas públicas existentes para a Economia Solidária no Brasil, desde as ações de Secretaria do Governo do Estado da Bahia que pudessem passar por uma transversalidade para atender aos trabalhadores até as experiências de Osasco (SP) e Londrina (PR) e a experiência da ITCP/UFRPE (REIS *et al.*, 2009, p. 32).

Numa comparação com a dimensão teórica proposta por Di Giovanni (2009), o fato de a SESOL ter sido planejada em 2006 com o intuito de atender aos empreendimentos e fomentar a política pública de economia solidária no Estado da Bahia, além de fortalecer os Fóruns Baianos e Metropolitanos de economia solidária, apenas se efetivou no ano de 2008. Ainda para Meira; Oliva; Reis (2009, p. 48-49) foram constituídos espaços de discussões eminentemente políticos, mobilizados pelos movimentos sociais e grupos étnicos, como os índios do Extremo Sul da Bahia, que ansiavam por uma política pública que proporcionasse uma efetiva inclusão produtiva desta parcela da nossa sociedade e, muitas vezes, as discussões promovidas por esses espaços foram mediadas pelos técnicos da incubadora pública, assimilando, assim, a estrutura substantiva seus atores, interesses e regras.

Logo, considerando ainda Di Giovanni (2009), os agentes sociais pautam suas ações de acordo com objetivos implícitos ou explícitos, em maior ou menor grau de interesse, mas transitam em ambientes institucionalizados cheio de regras impostas por alguma corrente política. Para Souza (*apud* Simon, 2006), a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores etc.

Segundo Frey (2004), as constelações das forças políticas, mas também as limitações no tocante aos recursos disponíveis (tanto humanos e financeiros quanto

de tempo), costumam influenciar o processo de formulação do projeto político, a exemplo da SESOL como um todo. Para tanto, na análise de Di Giovanni (2009), no que diz respeito à estrutura substantiva, podemos comparar aos esforços da incubadora pública, em relacionar como atores deste processo um corpo técnico heterogêneo, composto de profissionais de diversas áreas, para proporcionar assessoria e um processo de formações pontuais aos demandantes, que podem variar entre EES, redes solidárias e outras incubadoras.

De forma ampliada, podem-se considerar como atores deste processo de ações das políticas públicas da SESOL também os gestores públicos que elaboram, implementam e avaliam as políticas de economia solidária e até mesmo os dirigentes de partidos políticos que têm maior vinculação com este segmento da sociedade.

Os valores que dirigem a SESOL são os princípios da Economia Solidária do Cooperativismo e da Autogestão e os saberes representam uma mescla de técnicas formais de aprendizado e adequações dos saberes técnicos aos populares, numa tentativa de facilitar a apreensão dos saberes por parte dos empreendedores envolvidos nos grupos.

O trabalho na incubadora Pública propõe um trabalho mais direto de aprendizagem organizacional coletiva, através de uma chamada pública simplificada para as redes solidárias e as outras incubadoras, e esta ação se assemelha bastante ao processo educativo não formal das incubadoras universitárias, porém num momento anterior à ação direta nos empreendimentos apoiados.

Esta relação estabelecida entre a Incubadora Pública e os empreendimentos se baseia numa aprendizagem que se constitui como processo contínuo e necessário para a estratégia solidária da organização, e está alinhada com a cultura organizacional (conjunto de crenças e valores partilhados pelos seus membros), que nestes grupos compreende uma gestão coletiva e empoderamento dos membros associados.

Pois, para pensarmos em aprendizagem, é necessário atentar à relevância do aprendizado individual para a eficiência da formação do conhecimento organizacional de cada um desses atores. No processo de aprendizagem é necessário que estes empreendedores compreendam a necessidade de se manter atualizado e de saber aproveitar os espaços de comercialização, além da promoção de outros. Os empreendimentos necessitam de resultados imediatos, pois estes

resultados têm relação direta com a sobrevivência familiar de cada um dos associados dos envolvidos nesta alternativa de geração de renda. Para Barros (*apud* SANTA RITTA; SANTOS, 2003, p. 5):

[...] a aprendizagem nos empreendimentos solidários está associada ao imediatismo de resultados decorrentes da herança de uma cultura laboral oriunda do emprego formal/tradicional, baseado em sistemas clássicos de recompensas e punições para cumprimento dos objetivos e metas. Ainda segundo Barros, para um novo arranjo organizacional se faz necessária uma nova cultura, baseado num novo sistema de valor quanto à natureza, princípios e objetivos da iniciativa que participam, a fim de promover a motivação e o comprometimento quanto à superação das dificuldades e conflitos.

Ainda no universo que envolve a formação dos empreendimentos, a linguagem utilizada nas ações de formação proposta é, talvez, o maior desafio para o corpo técnico do Estado, pois são colocadas pessoas com um alto nível de escolaridade, que, todavia, muitas vezes ignoram o contexto social do ator social que é o empreendedor da economia solidária. Neste sentido, a estrutura simbólica é levada ao máximo aproveitamento possível, já que a participação dos atores sociais e as barreiras dos atores estatais são sempre muito respeitadas, salvaguardando as devidas barreiras do Estado e dos saberes locais.

Não existe qualquer política pública que se esgote em si mesma, como uma totalidade fechada ou mesmo sem uma prospecção dos resultados a serem alcançados, pois representam estratégias na perspectiva da democratização do Estado e de sua aproximação das aspirações sociais do movimento da economia solidária.

Ao considerarmos a especificidade desta política pública, salta aos olhos que as diversidades sociais, econômicas e simbólicas se afirmam nas diferenças das estruturas formais, substantivas e materiais, mas afirma-se sobretudo em linguagens específicas, que são universos de comunicação próprios e apropriados que estabelecem os vínculos entre os diversos tipos de atores de uma dada arena de política. Ou seja, as práticas e estilos de acumulo de capitais, de poder e de bem estar social se dão numa ordem de interesses que varia de acordo com a lógica de cada ator deste processo e, portanto, sempre contraditórios.

3.3 RESULTADOS ALCANÇADOS PELA INCUBADORA PÚBLICA

Assim sendo, a Incubadora Pública da SESOL teve resultados alcançados, de acordo com o relatório síntese da SESOL ano de 2007-2010. Os resultados alcançados denotam que para a viabilidade operacional do projeto das Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários buscou-se a articulação entre entidades públicas e privadas, preservando, no modelo do projeto a ser desenvolvido, o investimento direto no empreendimento incubado.

O primeiro edital, lançado em 2007/2008, foi voltado para apoio às Incubadoras, em parceria, por meio de Convênio, entre a SETRE, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Informação (SECTI), no montante total de R\$ 4 milhões, sendo R\$ 3,4 milhões da SETRE, R\$ 500 mil da FAPESB e R\$ 100 mil da SECTI. Este por sua vez, teve como principais resultados a assinatura de 16 convênios, em dezembro de 2008, com organizações da sociedade civil (05 Incubadoras Territoriais e 03 Incubadoras Temáticas de Pesca Artesanal) e universidades públicas e privadas (08 Incubadoras Universitárias). Tais incubadoras iniciaram a execução dos projetos aprovados em 2009, incubando 66 empreendimentos econômicos solidários, beneficiando, assim, diretamente, cerca de 2.600 trabalhadores associados que integram tais empreendimentos incubados.

Ainda como parte do convênio supracitado, foi desenvolvida uma parceria com o Instituto de Artesanato Visconde de Mauá para a implantação das incubadoras quilombolas e indígenas para artesanato. Os recursos da SESOL descentralizados para o Instituto Mauá foram de R\$ 750 mil. No caso destas incubadoras, foram incubadas 02 comunidades indígenas – Kiriris e Tuxás e 01 quilombola – Dandá, totalizando cerca de 120 artesãos. Já a incubadora estadual é responsável pelo acompanhamento e monitoramento das ações das 19 incubadoras implantadas, bem como a incubação da rede de alimentação, selecionada por meio de chamada pública para ocupar a cantina localizada na SETRE. A equipe técnica é do quadro da SESOL.

No ano de 2010 foi lançada uma nova seleção, edital 017/2010, de incubadoras ambientais, contemplando 12 instituições que tivessem como objetivo a incubação de empreendimentos de economia solidária que, ao disporem economicamente de ativos ambientais regionais, prestarem serviços ambientais ou

trabalharem para a sua preservação, utilizassem ou possam desenvolver práticas economicamente sustentáveis, aplicando nesse processo tecnologias socioambientais. Para esse novo aporte de recursos a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – Setre investiu R\$ 2 milhões nesta ação em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA.

Ambos os editais representaram um grande avanço da política pública no Estado da Bahia. Com os três editais foram apoiados 97 empreendimentos em suas atividades produtivas por meio de equipamentos, qualificação, insumos ou proporcionando a troca de vivências com outros grupos. Tivemos um montante de 3.342 pessoas atendidas/envolvidas diretamente com o projeto. As incubadoras foram peças chave para o desenvolvimento desta ação, visto a impossibilidade de o Estado conveniar diretamente com os Empreendimentos, bem como a falta de estrutura e equipe necessária para o processo de Incubação, fundamental para o desenvolvimento dos grupos produtivos.

A Incubadora participou, ainda, da ação de *Formação de Formadores*¹¹, uma ação formativa para agentes multiplicadores da economia solidária, uma forma de difusão dos conhecimentos e atuação prática desta outra economia nas comunidades do interior e zonas rurais do Estado. E, como parte desta ação, foram realizadas diversas oficinas contemplando conteúdos envolvendo a temática da Economia Solidária, Elaboração de Projetos, Contabilidade para Empreendimentos de Economia Solidária capacitados diretamente pela SESOL; Convênio celebrado com a Cáritas para formação e fomento de Empreendimentos Econômicos Solidários e Agricultores Familiares localizados em regiões semiáridas do Estado da Bahia, que teve por finalidade melhorar as condições de vida e de segurança alimentar e nutricional de 200 famílias, através da consolidação de experiências de convivência com o semiárido e Economia Popular Solidária; Convênio celebrado com a Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e aos Movimentos Populares – CACTUS, em vigência, que objetiva a formação de empreendimentos econômicos solidários, com vistas à melhoria da qualidade de vida de 1.600 famílias (agricultores, organizados em associações ou movimentos

¹¹ A ação na ação de Formação de Formadores foi mais amplamente atendida pela equipe da COFD/SESOL/SETRE, mas com participação da equipe técnica da Incubadora Pública.

populares, que possuem renda familiar menor que um salário mínimo, salvo a renda complementar das bolsas assistenciais do Governo Federal). As feiras e eventos de economia solidária são compreendidos também como espaços formativos, o corpo técnico promove espaços de trocas de experiências, oficinas e palestras sobre o tema da economia solidária dentro do evento.

Na ação de resíduos sólidos¹² a incubadora também teve participação no processo formativo e no auxílio à articulação em redes de alguns dos empreendimentos atendidos de 2008 a 2010, beneficiando diretamente 6.400 catadores avulsos e 10 cooperativas, das quais 05 que integram o complexo de reciclagem de cooperativas. Esta atuação esteve ligada à ação reciclar para os carnavais de Salvador-BA no mesmo período. Partes destes empreendimentos foram participantes da pesquisa de campo, em que buscamos analisar a ação da Incubadora Pública junto aos empreendimentos atendidos.

3.4 DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

De forma complementar à pesquisa documental utilizamos também como fonte de dados desta pesquisa os recursos de entrevistas semiestruturadas com empreendedores da economia solidária dos segmentos de reciclagem, costura e alimentação que foram atendidos pelas ações desenvolvidas pela incubadora pública até o ano de 2010.

Como fonte de dados desta pesquisa foram utilizados os recursos de entrevistas semiestruturadas com empreendedores da economia solidária dos segmentos de reciclagem, costura e alimentação que foram atendidos pelas ações desenvolvidas pela incubadora pública até o ano de 2010. O universo utilizado para a pesquisa teve dois propósitos, o primeiro dos quais coletar elementos que corroborem os dados já coletados nos textos/documentos utilizados como fontes principais de pesquisa, e o segundo é uma forma de analisar a prática da ação da incubadora pública. As escolhas foram feitas de forma que os participantes da amostra tivessem participado das ações da incubadora pública até o ano de 2010, mas este critério limitou bastante o universo dos pesquisados, pois o ambiente da economia solidária ainda é bastante inconstante, levando a altas taxas de

¹² Já esta ação tinha como equipe responsável a COFES/SESOL/SETRE, mas com a participação da equipe da Incubadora Pública na parte formativa.

rotatividades dos seus membros.

A Incubadora Pública fomentou durante este período duas redes solidárias, SABERES E SABOR SOLIDÁRIOS e ECOREDES/UFBA, além do Complexo cooperativo de reciclagem durante o trabalho do carnaval até 2010. Deste universo foram retirados três empreendimentos como amostras, dentre eles estão: costura, reciclagem e cozinha. E, nesta amostra, conversamos com algumas lideranças, num total de dez indivíduos/lideranças, que estiveram no empreendimento durante o período pesquisado.

Todos os participantes possuem mais de cinco anos participando e atuando em sua comunidade como articuladores sociais junto a instituições governamentais, universidades e outros, discutindo questões de gênero, empoderamento social e econômico, questões políticas e culturais, dentre outras, tendo como público preferencial as mulheres da comunidade.

Os empreendimentos em tela são constituídos entre 05 a 18 membros, atuando diretamente na produção e como multiplicadores na comunidade. Todos já foram atendidos pelas ações da SESOL e especificamente pela incubadora pública, principalmente na questão das formações.

Segundo os representantes dos empreendimentos entrevistados, as ações da incubadora pública promoveram a aproximação do Estado com os grupos, e, quando questionados acerca do aprendizado, das intervenções e dos resultados advindos das formações, consideraram que foram satisfatórios os resultados alcançados. Ressaltaram que os cursos contribuíram e foram de grande valor tanto para o dia a dia do empreendimento quanto para o seu crescimento pessoal, profissional, familiar e, principalmente, para a identidade do grupo, o qual já possui uma vitória de construção e adaptação às necessidades do mercado, troca de conhecimentos etc. No quesito que tange ao recebimento de máquinas e equipamentos concedidos pela SESOL, através da ação RECICLAR, para o carnaval de 2008/2009, apenas o empreendimento de reciclagem foi beneficiado.

Todos consideraram o papel da incubadora pública como muito bom e indispensável aos empreendimentos solidários, haja vista que um dos entrevistados salienta a necessidade de estabelecer critérios para este atendimento, pois um empreendimento que já seja atendido por outra incubadora não deveria ser também atendido pela incubadora pública no tocante à formação.

Participaram de cursos como viabilidade econômica, formação de preço,

cooperativismo, associativismo, gestão de negócios e lideranças. Observaram o crescimento do grupo, a melhoria da qualidade dos produtos/serviços, objetivando a geração da ocupação e renda contínua, além de promoverem os cursos de capacitação e qualificação, os quais contam com a participação de todo o grupo, ou apenas algumas participantes que fazem questão de participar das atividades propostas pela formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por objetivo a análise da Incubadora Pública da SESOL – SETRE, buscando desvendar as suas concepções iniciais e os ajustes metodológicos ocorridos no período de 2008 a 2010. Para tanto, buscamos responder à seguinte pergunta de partida: Que estratégias metodológicas foram utilizadas pela incubadora pública do Governo do Estado da Bahia no auxílio à sustentabilidade dos empreendimentos solidários, da sua atuação prática em 2008 até o ano de 2010?

Para tanto, o trabalho procurou abordar a política pública de economia solidária na Bahia, através da Incubadora Pública da SESOL, passando pelos conceitos de economia solidária e as possibilidades de desenvolvimento social e econômico que este modo de produção propõe; abordando formatos das incubadoras universitárias e analisando a Incubação como política pública no Estado da Bahia, através de comparação da metodologia de incubação aplicada nas incubadoras universitárias, bem como das estratégias de apoio e fomento aos empreendimentos solidários até o ano de 2010 e os resultados alcançados no mesmo período.

Conforme Silva (2011), o trabalho associativo requer uma série de capacidades que não necessariamente estão inseridas na dinâmica capitalista de produção. Portanto, o estímulo a este tipo de organização do trabalho deveria passar pela criação de uma “cultura cooperativa” para o trabalho, o que não é uma tarefa simples. Exige leis, instituições, apelo popular e políticas públicas coordenadas para a erradicação da pobreza e estratégia de desenvolvimento.

Quanto às dificuldades dos empreendimentos, estas se encontram vinculadas, justamente, a uma de suas funções básicas: gerar renda. Pelas condições sociais dos participantes, muitas vezes se torna difícil que eles enxerguem a importância da formação, principalmente quando a formação passa a competir com o tempo da produção. No seio dessas iniciativas produtivas é fundamental o debate sobre sistema econômico e as formas de produção, pois, à medida que os empreendedores vão percebendo as dificuldades entre o processo produtivo capitalista e cooperativista, é necessário ajudá-los no aprofundamento do debate, sobretudo da autogestão e sua atuação prática.

Logo, buscamos tratar a economia solidária como alternativa de construção

para a geração de trabalho e renda que não passa pela tomada de poder, mas sim pela coletividade, nas ações e decisões, dos empreendimentos participantes. Além da proposta de desenvolvimento social, econômico e ambiental que esta outra economia propõe.

Nos aspectos que tangem ao processo de incubação das universidades, estes podem ter um papel fundamental nas atividades de formação técnica, administrativa e política, prestando apoio de forma integrada e continuada aos trabalhadores que já atuam ou que pretendam formar um empreendimento coletivo pautado nos valores da economia solidária, buscando a emancipação dos mesmos.

O projeto da incubadora de cooperativas se preocupa com a inserção social dos trabalhadores que estão fora da realidade econômica e política do país. Acredita-se que o papel social da incubadora não se restringe a capacitar cooperativas para a sua formação e funcionamento, mas também desenvolver uma alternativa às relações de trabalho definidas no contexto do capitalismo.

Diferentes experiências de incubação são desenvolvidas junto aos empreendimentos, a metodologia desenvolvida pela equipe técnica da SESOL está pautada em transferência de recursos através dos editais de apoio e fomento às instituições que trabalham com empreendimentos de economia solidária, visitas de acompanhamento, na realização de oficinas de formação, de relatórios parciais e finais, durante a execução do projeto e a incubação de algumas redes solidárias. Porém, durante este período, podem ocorrer demandas espontâneas de formação por parte das incubadoras universitárias e também os empreendimentos não incubados.

Ademais, a incubadora universitária demanda mudanças no campo da pesquisa, tais como a explicitação de novos conceitos, a priorização de temáticas e de conteúdos não habituais a esse espaço, a transposição de linguagem da academia para o setor popular, o desenvolvimento de metodologias e procedimentos pedagógicos adequados à temática. Também, o programa vem propiciando novas experiências de aplicação dos conhecimentos adquiridos nas academias e na prática diária, e, entre erros e acertos, a SESOL vai formando profissionais competentes, críticos e comprometidos com os setores mais vulneráveis da sociedade, como o da economia solidária.

A Incubadora Pública da SESOL está situada na CODF e tem também à sua disposição a estrutura física do CESOL, com seus trabalhos iniciados junto com o

planejamento das ações da implantação da SESOL em 2006, mas faz-se necessário um tempo até que o plano seja prático e, com isso, as suas atividades somente passaram da teoria à efetiva prática por volta do ano de 2008.

Esta proposta de Incubadora está ligada ao Projeto Estadual de Incubadoras de Empreendimentos de Economia Solidária, procurando o desenvolvimento desta outra economia como estratégia de desenvolvimento territorial, através da criação e apoio de outras incubadoras no Estado que atuem na promoção da sustentabilidade dos empreendimentos e atendimento a redes solidárias, além de muito sazonalmente também atender a empreendimentos de forma direta.

Como resultados alcançados a Incubadora Pública tem a incubação de cinco redes solidárias, 20 incubadoras apoiadas em 09 territórios de identidade e 19 municípios, atuando em 66 EES com formação, acompanhamento e investimento em ativos, beneficiando cerca de 2.641 pessoas. Total investido: R\$ 3.646.571,00. Parceria SETRE/FAPESB/SECTI (via edital) e SETRE/Instituto Mauá (temáticas artesanais indígenas e quilombolas) com investimento de R\$ 750 mil estimulando as ações transversais para o atendimento da demanda da economia solidária, segundo dados do relatório síntese das políticas públicas de economia solidária desenvolvida pelo Governo do Estado da Bahia até 2010.

Diante de tais dados estamos confirmando a nossa hipótese de que as estratégias utilizadas pela incubadora pública da SESOL são eficazes no auxílio da economia solidária e aos empreendimentos solidários, mas este atendimento poderia ser ampliado, considerando a dimensão do Estado da Bahia e seus 417 municípios. E esta proposta da Incubadora pública da SESOL e o papel da economia solidária nas estratégias de desenvolvimento local da gestão estatal devem ser entendidos dentro de um contexto de propostas e ações.

Embora muitas das políticas concebidas como inovadoras tenham sido limitadas na prática, principalmente a restrição das estruturas administrativas e legais, a persistência de práticas clientelistas nas relações Estado, Sociedade e a falta de maior apoio social, tanto por resistência das elites ou grupos de interesses privilegiados por estruturas de troca de favores, quanto por inexperiência da população com práticas de organização e participação tornaram-se senso comum e com a política pública de economia solidária no estado da Bahia não foi diferente. Muitos destes fatores, anteriormente citados, foram especialmente limitantes para a atuação da Incubadora pública na promoção do desenvolvimento econômico das

localidades atendidas, bem como o aprofundamento e ampliação do raio de atuação da mesma no Estado.

A construção e a implantação desta política pública de economia solidária na Bahia ainda têm um longo caminho a percorrer, no âmbito da sua estruturação interna (a efetiva compreensão da economia solidária, gestão e igualdade de acesso aos beneficiários, seja de acesso ao crédito ou incentivos fiscais aos empreendimentos) ou externa (ampliar a capilaridade para atendimento destes empreendimentos e seus beneficiários, a rede de parceiros, recursos financeiros). Pois todas estas iniciativas visam a emancipação econômica das experiências ligadas ao movimento social de economia solidária, e não a proposição de políticas assistenciais ou políticas que visam apenas a transferência de renda para a população carente.

Por outro lado, para a consolidação de uma cultura cooperativa do trabalho é necessário que a própria temática do cooperativismo e, por conseguinte, da economia solidária, não seja vista como uma mera “concessão aos pobres e marginalizados” ou “contenção social do desemprego em massa”, ou mesmo como instrumento “funcional à nova fase do capitalismo” (NOVAES; LIMA FILHO, 2008, p. 2). A economia solidária deve ser incentivada como possibilidade viável de desenvolvimento econômico e social, independentemente da situação econômica dos trabalhadores envolvidos.

Assim, as ações da SETRE/SESOL vão de encontro a essas ideias, particularmente no que diz respeito ao fortalecimento das incubadoras universitárias para o fomento de políticas estaduais e municipais de economia solidária; o apoio e construção de centros de comercialização de produtos e formação de trabalhadores de empreendimentos, a exemplo do CESOL, além do apoio e fomento das redes solidárias. No entanto muitas dessas ações esbarram na própria fragilidade das políticas sociais como um todo, e da política de economia solidária em particular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, n. 2, v. IV, p. 379-397, abr.-/jun. 2000. Disponível em <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf>. Acessado em: 31 out. 2011.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Brasília: MTE, SENAES, 2005.

BAHIA. **DECRETO Nº 10.454**, de 13 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/institucional/setre/regimento>>. Acessado em: 10 jan. 2013.

BENINI, É.A. Sistema orgânico do trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das *práxis* de Economia Solidária. *In: ÉDI BENINI et al. (Orgs.). Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 71-90.

BENINI, É.A.; BENINI, E.G. NOVAES, H.T. Os grilhões da gestão pública: o processo decisório e as formas contemporâneas de dominação patrimonialista. *In: ÉDI BENINI et al. (Orgs.). Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 217-251.

BOCAYUVA, Pedro C.C. **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ**. Redução da pobreza e dinâmicas locais. (Orgs.) Camarotti e Peter Spink. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 328p. (Coleção FGV Prática).

_____. **A metamorfose do trabalho e a cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

_____. Tecnologia social e organização do trabalho associado ou cooperativo. *In: Revista Trimestral de Debate da Fase*. Ano 31. n. 31. Abr/jun 2007. 87-97p.

BORBA, Tatiana Santos. A relação Estado, sociedade e economia solidária: o CESOL. *In: Economia solidária e políticas públicas: o Centro Público Estadual de Economia Solidária do Estado da Bahia – O CESOL: o Espaço Solidário*. 2012. 70p. Monografia (ao Curso de Especialização em Gestão de Instituições Públicas de Ensino – CEGIPE). Instituto de Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA. Salvador, 2012.

BRASIL. **LEI Nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acessado em: 17 out. 2011.

_____. **LEI Nº 12.690**, de 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acessado em: 22 dez. 2012.

BOGDAN, Robert; BLIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma**

introdução à teoria e aos métodos. Trad. Maria João Alvarez e outros. Lisboa: Porto, 1994.

CANÇADO, Airton Cardoso, **Incubação de cooperativas populares: metodologia dos indicadores de desempenho**. Palmas-TO: Nesol: UFT, 2007.

_____. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática**. Salvador: IES, 2007a.

CANÇADO, A.C; CARVALHO, J.E.F.B; PEREIRA, J.R. Gestão e racionalidade: análise da metodologia de incubação de cooperativas populares da ITCP/NESOL/UFT. *In: REDES, Santa Cruz do Sul*, v. 16, n. 3, p. 5 – 27 set/dez 2011. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/1819/1804>>. Acessado em: 27 mai. 2013.

CARVALHO, C.E; ABRAMOVAY, R. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. *In: SANTOS, Carlos Alberto dos (Org.). Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas*. Brasília: SEBRAE, 2004, p. 17-45.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DI GIOVANNI, G. **Políticas públicas e política social**. 2008. Disponível em: <<http://geradigiovanni.blogspot.com.br/2008/08/politicas-pblicas-e-politica-social.html>>. Acessado em: 10 out. 2012.

_____. As estruturas elementares das políticas públicas. **Caderno de Pesquisa**, Campinas, UNICAMP, v. 82, p. 32, 2009.

DUARTE. R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/2002. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>>. Acessado em: 05 dez. 2012.

EID, Farid. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? *In: Educação e Sócio-Economia Solidária – paradigmas de conhecimentos e de sociedades*, 1, Cáceres, UNEMAT Editora, 2004, v. 1, p. 156-172. Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/IMG/pdf/descentralizacao-estado-economia-solidaria-e-politicas-pblicas.pdf>>. Acessado em: 01 jul. 2013.

FBES. Princípios e diretrizes metodológicas do processo formativo em economia solidária (SISTEMATIZAÇÃO DAS OFICINAS REGIONAIS DE 2007). *In: II Oficina Nacional Sobre Formação/Educação em Economia Solidária*. Brasília, 2007.

FERREIRA. Elenar. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. *In: SINGER E SOUZA (Orgs.). Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

FRANÇA FILHO, G.C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 7, nº. 1, jan-jun. 2007.

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/2041/1542>>.

Acessado em: 29 set. 2011.

_____. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 12, n. 1, p. 9-20, junho, 2002. Disponível em: <<http://cirandas.net/cfes-regiao-sudeste/economia-solidaria-conceito/economiasolidaria-fronteirasconceituais.pdf>>. Acessado em: 11 dez. 2012.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no BRASIL. *In: Planejamento e Políticas Públicas*. n. 21, p. 211 – 259, 2000. Disponível em:

<<http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acessado em: 01 jul. 2013.

GAIGER, L.I. Significados e tendências da economia solidária. *In: Sindicalismo e economia solidária*. Central Única dos trabalhadores – CUT, 1999, p. 29-42.

_____. A Economia Solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004.

_____. (Org.). **Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIVIZZO, S.B. **Limites e possibilidades da economia solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho: a experiência da incubadora de cooperativas populares da Universidade Católica de Pelotas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre, 2006.

GALLO, A.R.; EID, F. Metodologia de incubação e desafios para o cooperativismo popular: uma análise sobre o trabalho da Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCar. *In: Seminários de Metodologia para Projetos de Extensão*, 2001, São Carlos. IV Seminários de Metodologia para Projetos de Extensão. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/11776050/Metodologia-de-Incubacao-e-Desafios-Para-o-Cooperativismo-Popular-Uma-Analise-Sobre-o-Trabalho-Da-a-de-Cooperativas-Populares-Da-UFSCar>>. Acessado em: 04 nov. 2011.

GOHN, M.G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set.-dez., 2008.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

GUIMARÃES, Gonçalo *et al.* **Sindicalismo e cooperativismo – a Economia Solidária em debate**. São Paulo: Unitrabalho, 2000.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Portal do cooperativismo popular formação informação e comunicação**. ITCP/UFRH, 2005. Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/PortaldodoCooperativismoPopularformacaoinformacaoecomunicacao.pdf>>. Acessado em: 18 dez. 2012.

ITCP/NESOL/UFT. *In*: **REDES, Santa Cruz do Sul**, v. 16, n. 3, p. 5 – 27, set/dez 2011. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/1819/1804>>. Acessado em: 27 mai. 2013.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia popular solidária: paisagens e miragens. **Cadernos do CEAS**, n. 228, out/dez., 2007. Disponível em: <<http://www.capina.org.br/downloadpub/gkspmtxt.pdf>>. Acessado em: 17 out. 2011.

_____. Processo de trabalho e sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. *In*: BOCAYUVA, P.C.C.; VARANDA, A.P.M. (Orgs.). Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE: IPPUR, UFRJ, 2009. Disponível em: <http://www.ucsal.br/extensao/itcpucsal/docs/EPS_PTTSEES_GK.pdf>. Acessado em: 17 out. 2011.

KUENZER, A.Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. *In*: FERREIRA, Naura S.C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998, p 33-58.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999.

LUBISCO, Nídia M.L.; VIEIRA, Sônia C.; SANTANA, Isnaia V. **Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses**. 4. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/143/1/Manual%20de%20estilo%20academico.pdf>>. Acessado em: 03 jul. 2013.

LUDKE, Menge, Marli E.D.A. ANDRÉ. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: UPU, 1986.

MANCE, Euclides André. **Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica**. Passo Fundo. Instituto Superior de Filosofia Berthier. 208. p. 201.

MCINTYRE, J.P.; BERGONSI, S.M.; FORTIN, M. E. Proposta de modelo de intercooperação de incubação de cooperativa. *In: Revista UNIRCOOP*, n. 01, v. 02, Université de Sherbrooke, Québec, Canadá, p. 55-79, 2004. Disponível em: <http://www.easycoop.com.br/web/emanager/documentos/upload_/proposta_coop.pdf>. Acessado em: 07 jul. 2013.

MEIRA, L.; OLIVA, H.; REIS, T. Economia Solidária no Governo da Bahia. *In: Mercado de trabalho conjuntura e análise*. IPEA. v. 39, 2009.

MELO NETO, José Francisco de. Autogestão. *In: CANDEIAS, Cezar N.B.; MACDONALD, José B.; MELO NETO, José F. de. (Org.). Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos*. Maceió: EDUFAL, 2005. 162p.

MTE. Centros Públicos de Economia Solidária **Termo de referência**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Conteudo/termo.pdf>>. Acessado em: 10 dez. 2011.

NASCIMENTO, Cláudio. **Educação Solidária e Educação de Jovens e Adultos: educação como elemento estruturante da Economia Solidária**. Brasília: INEP, 2005.

_____. Educação como elemento estruturante da Economia Solidária. *In: Educação Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Sonia M. Portella Kruppa, organização. – Brasília: Inep, 2005.

_____. A autogestão e o “novo cooperativismo”. *In: ÉDI BENINI et al. (Orgs.). Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, p. 91-100.

NOVAES, H.T.; LIMA FILHO, P.A. de. **Uma pedra proto-socialista num colar pró-capital financeiro: notas sobre a política pública de Economia Solidária no Governo Lula**. São Paulo, USP, IV Encontro Internacional de Economia Solidária: Educação, Política e Integração da América Latina, julho de 2008.

OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; DAGNINO, Renato Peixoto. As fragilidades das incubadoras universitárias de cooperativas no Brasil. *In: Jornada Latino-Americana de Ciência Tecnológica e Sociedade – ECOSITE*, V, 2004, Toluca-México, **Anais...**, Toluca, 2004.

POCHMANN, Márcio. Economia solidária no Brasil: limites e possibilidades. *In: Mercado de Trabalho*, n. 24, Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf>. Acessado em: 02 jul. 2013.

REIS, T.; MARTINS, E.; MEIRA, L.; OLIVA, H.; OLIVEIRA, K.; MATOS, L. O centro público e as incubadoras de empreendimentos econômicos solidários no âmbito do Programa Bahia Solidária. *In: Bocayuva, Pedro C.C.; VARANDA, Ana P. de M. (Orgs.). Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas*. 1. ed. - Rio de Janeiro: FASE: IPPUR, UFRJ, 2009, p. 14-40.

RELATÓRIO SÍNTESE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA Desenvolvidas Pelo Governo do Estado da Bahia, Período: 2007-2010. Disponível em:

<http://xa.yimg.com/kq/groups/20016791/1386035878/name/Politica_Bahia_Solidaria_2007-2010.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2012.

SANTA RITTA, E.M.; SANTOS, L.S. A efetividade do papel desempenhado pelas assessorias no âmbito dos processos de aprendizagem: a perspectiva dos empreendimentos populares. *In: 1º Congresso Nacional da Rede de ITCPs.* (Org.). Rede Universitária de ITCPs. UFRPE. Itamaracá-PE, 2006.

SANTOS, B.S.; RODRÍGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. *In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). Produzir para viver.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Carine J.; MARTINS, Silvia M.B.; SOUZA, Iara M. Programa Bahia solidária: relato de experiência de política pública em economia solidária. *In: IV Encontro Nacional de Ciências Sociais.* Lavras-MG. 2010. Disponível em: http://anaisenapegs2010.cariri.ufc.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=13&Itemid=. Acessado em: 10 nov. 2012.

SANTOS, Carine de J.; TEIXEIRA, Luiza. R. Políticas públicas e economia solidária: o caso da política pública de economia solidária do Estado da Bahia. *In: VII Encontro Internacional de Economia Solidária, finanças solidárias e desenvolvimento territorial.* NESOL, São Paulo. 2011. Disponível em: <<https://cirandas.net/nesol-usp/eventos/vii-eies/pp04.pdf>>. Acessado em: 01 dez. 2012.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan.-abr. 2007.

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTES - SETRE. Relatório do Seminário Tecnologia Social e Economia Solidária: estratégias de formação e desenvolvimento local. Salvador-Bahia. *In: VARANDA, Ana Paula de Moura; BOCAJUVA, Pedro C.C. Tecnologia social, autogestão e Economia Solidária.* Rio de Janeiro: FASE/Ippur/Lastro/UFRJ, 2009. p. 135-152.

_____. Governo do Estado da Bahia. Disponível em:

<http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/editais/editais_view?b_start:int=48&-C=>> Acessado em: 10 jun. 2011.

_____. **Edital da 4ª Chamada Pública para Seleção de Empreendimentos Econômicos Solidários.** Salvador-Bahia, 2011. Disponível em:

<<http://www2.setre.ba.gov.br/editalsesol2011/IV-chamada>> Acessado em: 10 jun. 2011.

_____. **EDITAL da III Chamada Pública para Seleção de Empreendimentos Econômicos Solidários.** Salvador-Bahia, 2010. Disponível em:

<<http://www.portaldotrabalho.ba.gov.br/editais/Edital.pdf>> Acessado em: 10 out. 2010.

SCHWENGBER, Ângela. **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores.** 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_rede.pdf>. Acessado em: 25 set. 2011.

SICSÚ, João; CASTELAR, Armando. (Orgs.). A construção de uma estratégia de desenvolvimento. *In: **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento.* Brasília: IPEA, 2009. 252 p.

SILVA, R.B.; AZEVEDO, A.B.A. Formação do trabalhador solidário: emancipação ou legitimação da exploração? **Linhas Críticas**, v. 16, n. 30, enero-julio, Universidade de Brasília Brasil. 2010. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewArticle/1461>>. Acessado em: 22 dez. 2012.

SILVA, R.B. Movimentos sociais, educação e saúde mental: a inclusão social pelo trabalho. *In: **Revista da FAEEDA**: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 19, n. 34, pp. 155-164, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero34.pdf>>. Acessado em: 03 jul. 2012.

SILVA, P. Sandro. A Economia Solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil: um construção para o debate. **Mercado de Trabalho** – Salvador-BA: IPEA, mai. 2011, p. 47-53.

SINGER, Paul. Economia solidária *versus* economia capitalista. **Soc. Estado.** v. 16, n.1-2, p. 100-112, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v16n1-2/v16n1-2a05.pdf>>. Acessado em: 22 dez. 2012.

_____. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo: 2002. 127p.

_____. **Cooperativas de trabalho.** Brasília: MTE/SENAES, 2004.

_____. A Economia Solidária como ato pedagógico. *In: KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.*** Inep/MEC. Brasília, DF, 2005.

_____. **Economia Solidária.** ESTUDOS AVANÇADOS, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>. Acessado em: 15 dez. 2010.

SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

SITE OFICIAL DA FAPESB. **Edital de Incubadoras.** Disponível em: <<http://www.fapesb.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/08/Edital-Fapesb-Setre-007-2008.pdf>>. Acessado em: 27 ago. 2012.

SITE OFICIAL DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – FBES. **Projeto Político Pedagógico: elementos de contribuição à V Plenária de economia solidária.** Brasília, 2012. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CD0QFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D1673%26Itemid%3D216&ei=IjQUJrnKei20QHaklGwDQ&usg=AFQjCNHlzi94-Bhj5uYQcFnLGdH4slZJbg&sig2=uV9_c1V7HFNZE4eUQLwAFQ&bvm=bv.1355534169,d.dmQ>. Acessado em: 18 dez. 2012.

SOARES, Guilherme José de Vasconcelos; DIAS, Conceição; SILVA, Emanuel Sampaio. A incubadora tecnológica de cooperativas populares da UFRPE: uma nova experiência de extensão universitária. CIACCHI, Andrea; COSTA, Aurora M.F.C.; FERREIRA, Lúcia de F.G. *In: I Congresso de Extensão Universitária*. João Pessoa, EDUFPB 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/trabalho/aincubadora.pdf>. Acessado em: 07 jul. 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias [online]. 2006, n.16, pp. 20-45. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Acessado em: 01 jul. 2013.

SOUZA, Gleide; VASCONCELOS, Nilton. Desafios e sobrevivência das cooperativas populares: estudo de caso de quatro empreendimentos em Salvador. *In: Revista ETC*, n. 2 Salvador: CEFET, 2004.

TIRIBA, Lia. A economia solidária no contexto da economia moral das multidões (os sindicalistas entram em campo). **Movimento: revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, n. 4, setembro 2001. Niterói: Intertexto. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/130122048/Aeconomiasolidarianocontextodaeconomiamoralaldasmultidoes>>. Acessado em: 30 out. 2011.

_____. **Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes**. 2006. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_educacao/vol10n2/art04_tiriba.pdf>. Acessado em: 08 out. 2011.

VARANDA, Ana P. de M.; BOCAJUVA, Pedro C.C. **Tecnologia social, autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: FASE/Ippur/Lastro/ UFRJ, 2009. 152 p.

VASCONCELOS JUNIOR, N. **Aprendizado em Empreendimentos Solidários**. 2005. Projeto de Pesquisa (Núcleos de Estudos em Trabalhos e Tecnologias de Gestão – TTG) – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia: Salvador, 2005.

VENTURA, MAGDA M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Rev. SOCERJ**. v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acessado em: 12 abr. 2012.

VILAS. Fabrício H.C.; NEGRÃO, Marcelo P. Formação de Multiplicadores em Autogestão Comunitária em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro. *In: V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo*. Ribeirão

Preto, São Paulo, Brasil, 2008. Disponível em:
<http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/115-vilas.pdf>. Acessado em: 10 jan. 2013.

SITES VISITADOS:

Disponível em: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/a_itcp_somos.php>. Acesso em: 27 mai. 2013.

Disponível em: <<http://www.itcp.coppe.ufrj.br/pdf/cunca.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2013.

Disponível em:
<http://www.territoriosdabahia.org.br/index.php?pagina=p_institucional>. Acessado em: 02 jul. 2013.

Disponível em:
<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acessado em 02 jul. 2013.

ANEXO A: Termo de Referência para a Criação dos Centros Públicos**MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO****Secretaria Nacional de Economia Solidária****Departamento de Fomento à Economia Solidária**

Esplanada dos Ministérios, bloco F, sala 347

70.059-900 - Brasília – DF - Brasil - Tel.: 61-317-6882 - senaes@mte.gov.br - projetos.senaes@mte.gov.br

CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA¹³**TERMO DE REFERÊNCIA****I – Introdução**

O Programa *Economia Solidária em Desenvolvimento*, elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, para o Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Federal, tem como grande desafio, promover o fortalecimento da economia solidária no Brasil, bem como, a partir desse fortalecimento, contribuir com o objetivo maior do governo Lula, que é a geração de trabalho e renda para milhões de brasileiros.

Para alcançar esses objetivos o Programa traz um conjunto de ações que dialogam com os principais gargalos da economia solidária, já identificados tanto pelos trabalhadores, que são os sujeitos desse processo, quanto pelas várias organizações e instituições que apoiam a organização dos mesmos. Estas ações, que estão intimamente ligadas entre si, durante a implementação do programa buscarão estabelecer sinergia com os diversos atores que atuam no campo da economia solidária e que compartilham de nossos objetivos.

Tendo presente o acima exposto e compreendendo que a Secretaria Nacional de Economia Solidária pode ter um papel importante na articulação das políticas públicas governamentais de economia solidária e, ao mesmo tempo, contribuir para a integração destas com as diversas ações que vêm sendo gestadas por iniciativa da sociedade civil, o Departamento de Fomento à Economia Solidária da SENAES elaborou o presente termo de referência, que propõe a constituição de uma rede de Centros Públicos de Economia Solidária.

Para que possamos tornar possível este projeto, que pretende ser um espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da economia solidária precisaremos contar com a participação de todos os atores envolvidos desde o início do processo. Por isso, esse documento pretende orientar as bases que fundamentam a

¹³ A SENAES vai elaborar e propor uma identidade visual comum a todos os centros.

construção dos Centros Públicos de Economia Solidária, mas este estará sempre aberto para adequar-se, após as devidas discussões, as diferentes realidades presentes no nosso país.

II - Justificativa

Ao longo das duas últimas décadas, temos visto no Brasil, dado o aumento acelerado dos níveis de desemprego, uma série de iniciativas e projetos que buscam promover a inclusão social de uma parcela significativa da população do nosso país.

Dentre estas se destaca a Economia Solidária¹⁴ (ES), que tem promovido à organização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que, de forma coletiva, passam a gerir o seu próprio trabalho e a lutar pela sua emancipação. Esta nova realidade do mundo do trabalho está contribuindo de forma significativa para o surgimento de novos atores sociais e também para construção de novos espaços institucionais. A promoção dessas iniciativas e projetos parte dos mais diversos atores, tais como: empreendimentos autogestionários, sindicatos, igrejas, organizações não governamentais (ONGs), universidades, governos estaduais, governos municipais e outros.

É pelo fato de serem tão diversos os atores que promovem ações de fomento à economia solidária, que percebemos muitas vezes uma multiplicidade de iniciativas, que poderiam potencializar-se mutuamente, mas que permanecem desenvolvendo-se de forma desconectada. Não é difícil encontrarmos iniciativas voltadas para um mesmo setor produtivo ou para um mesmo território, que comungam dos mesmos objetivos, mas desenvolvem-se separadamente. Entendemos que esta dificuldade de integração, seja das organizações da sociedade civil ou mesmo das ações governamentais, ou de uma com as outras, em todos os níveis, deve ser enfrentada para que possamos superá-la, e com isso potencializar o conjunto das nossas iniciativas.

Uma de nossas contribuições para essa almejada integração de iniciativas, entendemos, pode ser a viabilização de espaços físicos, que aqui estamos chamando de Centros Públicos de Economia Solidária, onde possa ser alojado um conjunto de atividades, sejam elas de organizações de caráter governamental ou não governamental, que tenham por objetivo o fortalecimento e fomento da economia solidária. Além disso, acreditamos que estes espaços podem contribuir para a construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária, tanto para dentro do próprio setor, quanto para fora, no conjunto da sociedade.

III – Objetivos

Este documento tem por objetivo orientar a concepção e implementação dos Centros Públicos de Economia Solidária, como instrumento de fortalecimento e visibilidade da economia solidária no Brasil. Estes terão os seguintes objetivos:

1. Abrigar nas suas dependências as várias iniciativas e projetos voltados ao

¹⁴ Existe ainda uma indefinição quanto aos conceitos e à terminologia em relação a este tema. Por isso, além da nomenclatura utilizada, poderemos encontrar: Economia Popular Solidária - EPS; Socioeconomia Solidária; Economia Social; Economia Popular; entre outros.

fortalecimento da economia solidária seja elas governamentais ou não governamentais, promovendo a sua integração;

2. Apoiar projetos voltados à geração de trabalho e renda, por meio de iniciativas de economia solidária;

3. Promover ações voltadas ao desenvolvimento local;

4. Disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a formação e organização de trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária;

5. Disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades que promovam a comercialização e divulgação da produção dos empreendimentos de economia solidária;

6. Disponibilizar espaço físico e infraestrutura para a realização de reuniões, oficinas, seminários e outras atividades culturais que objetivem o desenvolvimento da economia solidária;

7. Disponibilizar espaço físico e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades voltadas ao mapeamento e divulgação da economia solidária;

8. Abrigar nas suas dependências, onde houver as Secretarias Executivas dos Fóruns Estaduais de Economia Solidária, ou suas representações locais no interior do estado;

IV – Atores envolvidos na construção e desenvolvimento das atividades dos Centros Públicos de Economia Solidária:

Dados os objetivos elencados acima, os Centros Públicos de Economia Solidária devem ter o envolvimento e participação de todos os setores que compõem a diversidade da economia solidária no Brasil, tais como:

- Empreendimentos de economia solidária;
- Organismos de representação sindical que desenvolvam ações relacionadas com o tema;
- Universidades;
- Organizações não governamentais;
- Governos estaduais e municipais que desenvolvam ações direcionadas ao tema;
- Instituições de Microcrédito;
- Redes de empreendimentos de economia solidária;
- Centrais, Associações e outras instituições que tenham envolvimento com o tema;
- Fóruns estaduais, regionais e municipais de economia solidária;
- Outros fóruns e movimentos que tenham envolvimento com a economia solidária;
- Outros.

V – Gestão dos Centros Públicos de Economia Solidária:

Os Centros Públicos de Economia Solidária deverão ser gestados por um Conselho Geral de Gestão (CGG), que posteriormente deve estabelecer seu regimento interno, definir o papel dos seus membros e, se for o caso, constituir outras instâncias subordinadas a ele.

Atribuições:

- Decidir sobre o acolhimento de novos parceiros a agregarem-se aos Centros;
- Decidir sobre a ocupação e distribuição dos espaços dentro do Centro;
- Decidir sobre as atividades e eventos a serem realizados dentro do Centro;
- Discutir e definir o planejamento anual de atividade do Centro;
- Garantir o bom andamento das atividades desenvolvidas dentro do Centro;
- Neste item, o próprio CGG deverá agregar novas atribuições às suas competências, dado que não seria adequado predeterminá-las de forma absoluta.

Composição:

A CGG deve representar a diversidade dos atores que compõem a economia solidária e deve garantir um mínimo de 60% de representação da sociedade civil. Na sua composição o CGG deve garantir a representação dos seguintes setores:

- Empreendimentos de economia solidária;
- Fóruns de economia solidária;
- Universidades;
- Organizações de apoio à economia solidária;
- Representações sindicais ligadas à economia solidária;
- Representações governamentais;
- Outros atores que se julguem necessários;

VI – Implementação:

Os Centros Públicos de Economia Solidária fazem parte de uma estratégia nacional do MTE/SENAES, que pretende promover um processo de integração de políticas de geração de trabalho e renda e combate à pobreza, que se deem através do fomento à organização de iniciativas de economia solidária. Por isso, respeitando-se as especificidades e características locais, os Centros Públicos de Economia Solidária devem expressar uma identidade comum, que permita ao povo brasileiro identifica-los, de norte a sul, como uma ferramenta de promoção da luta contra as desigualdades sociais.

Os Centros serão implementados através de parcerias que envolvam os vários atores que compõe o campo da economia solidária no Brasil, visando assegurar a natureza pública desse espaço.

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista para empreendimentos**1) Histórico do empreendimento:**

Atividade: _____

Localização: _____

Nº de participantes: _____

2) Você já foi atendido pela incubadora pública do SESOL? Sim Não**3) Como foi a sua experiência?**_____
_____**4) Você participou de cursos de formação oferecidos pela incubadora? Quais?** Sim Não_____
_____**5) Qual a contribuição desse curso para o empreendimento? E para você como indivíduo? Por quê?** Ótima Boa Regular Ruim_____
_____**6) Você recebeu recursos ou máquinas através de projetos da SETR/ SESOL? Quais?** Sim Não_____
_____**7) Como você vê o papel desenvolvido pela incubadora pública no seu empreendimento?**_____
_____**8) Você acha que o seu empreendimento ainda necessita de um acompanhamento de incubadora?** Sim Não